

de afetividade, relações de expressividade, orientações comunitárias e organização horizontal. Os antigos movimentos distinguem-se por privilegiarem objetivos materiais, relações instrumentais, orientações para com o Estado e organização vertical. Os movimentos operário, camponês e estudantil estão entre os mais importantes movimentos sociais antigos do Brasil e da Argentina.

A distinção entre movimentos novos e antigos é a existente entre tipos ideais. Todos os movimentos novos que se dedicam à mudança política combinam alguns elementos valorativos dos "novos" e "antigos" movimentos. Embora haja uma tendência à coerência nos conjuntos dos valores, qualquer movimento específico combinaria alguns valores característicos dos novos movimentos com outros que são característicos dos antigos. Além disso, um movimento particular pode modificar seus valores no decorso do tempo, no sentido de aproximar-se ao tipo ideal oposto.

Com exceção das associações de moradores, os movimentos estudados aqui não correspondem ao padrão político dos grupos de interesse tradicionais. A maioria dos grupos de interesse convencionais concentram-se em demandas negociáveis, usualmente de natureza material, que tentam conquistar ao Estado. Em contraste, os novos movimentos sociais geralmente focalizam as relações sociais, às vezes até o ponto de serem relativamente apolíticos. A medida que interagem com o Estado, as demandas são frequentemente simbólicas, morais e inegociáveis. Paradoxalmente, seu significado político reside em parte nesta rejeição da política, tal como tem sido convencionalmente concebida e praticada.

A medida que a base de classificação dos movimentos antigos e novos depende dos seus valores, há alguma dificuldade de enquadramento de suas origens históricas. Os quatro movimentos que discutimos a seguir, como característicos dos "novos" movimentos sociais, emergiram nos últimos 20 anos. Entretanto, outros movimentos surgidos neste período não incorporam tais valores. As associações

de moradores representam um caso de certas transformações de valores, a partir da constelação de valores associada aos antigos movimentos, em direção à constelação característica dos novos movimentos.

Os termos "antigo" e "novo" não supõem que os "antigos" movimentos perderam sua importância. Tanto na Argentina como no Brasil, os antigos movimentos sempre desempenharam importantes papéis políticos, e nada indica que deixarão de fazê-lo no futuro próximo. Na verdade, em razão da rejeição parcial do cenário político do Estado, pelos novos movimentos, uma das influências principais dos novos movimentos poderá consistir na sua habilidade para influir sobre os movimentos e partidos tradicionais.

Não temos a expectativa de que os novos movimentos tornem-se movimentos massivos, como foram os antigos, especialmente na Argentina. A importância dos novos movimentos relaciona-se mais à sua capacidade para redefinir o perfil simbólico do cenário político — sua capacidade para modificar a cultura política —, antes que ao seu caráter quantitativo. Não obstante, um dos movimentos considerado, as CEBs brasileiras, conquistou um perfil massivo, incluindo cerca de dois milhões de participantes. Considerando o perfil tradicionalmente débil dos movimentos sociais antigos no Brasil, este fato ilustra que, mesmo do ponto de vista quantitativo, as CEBs tornaram-se significativas.

A característica mais importante para a definição dos regimes democráticos liberais é a existência de eleições livres e competitivas, sem maiores exclusões, incluindo o sufrágio universal pela população adulta. Os regimes democráticos estabelecem a liberdade de associação política, liberdade de imprensa e de expressão, e as garantias individuais. Incluem uma divisão de poderes, com a autonomia do Executivo, do Judiciário e dos ramos do Legislativo. Uma democracia estável não requer que todos os cidadãos sustentem valores democráticos, mas que a maioria dos atores políticos participe destes valores.

Embora esta definição seja suficiente para caracterizar

localmos a noção de cultura política numa perspectiva mais histórica, sublinhando o potencial para o desenvolvimento ou para a erosão dos valores democráticos numa conjuntura particular. Assim, não consideramos o desenvolvimento de uma cultura política democrática como um processo linear, nem avaliamos a presença de uma cultura política autoritária como inerente às tradições latinas.⁶ Mais ainda, em contraste com as discussões de início dos anos 60 sobre a cultura política, relacionamos o conceito com a dimensão sócio-econômica. As culturas políticas representam configurações de valores formados historicamente, e não escolhas valorativas dos atores individuais autônomos, como sugerem a maioria das teorias da modernização. Os valores têm um componente pré-cognitivo e pré-reflexivo, são princípios básicos de orientação individual. Pessoas e sociedades (estas a mais longo prazo) podem mudar seus valores — mas isto supõe uma mudança na constelação completa dos valores, e portanto nas práticas e discursos. Finalmente, a teoria da modernização identificava a cultura política às atitudes políticas expressas pelos cidadãos individuais. Deixava de considerar o comportamento, bem como a distância possível, entre as atitudes verbalizadas pelos cidadãos e o seu comportamento. E ainda deixava de reconhecer na medida em que novos padrões de comportamento podem

Princeton Univ. Press, 1965. Para críticas desta abordagem, ver: Fagen, Richard R., *The Transformation of Political Culture in Cuba*, Stanford Univ. Press, 1965, especialmente pp 5-6, 149-158. Em anos recentes, Wlada, Howard e Morse, Richard tornam-se dois dos mais influentes estudiosos culturalistas da política latino-americana.

A maior parte da bibliografia sobre o desenvolvimento político, no início dos anos 60, supunha um caminho linear, na direção de regimes e valores mais democráticos. Entre as contribuições mais importantes para o questionamento desta suposição estão as de Samuel Huntington, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale Univ. Press, 1968; O'Donnell, Guillermo, *Modernization and Bureaucratic Authoritarianism*, Berkeley Institute of International Studies, 1972; Linz, Juan J., *Crisis, Breakdown and Reequilibration*, vol. 1, of Linz J. J. e Stepan Alfred, (org.), *The Breakdown of Democratic Regimes*, Baltimore, Johns Hopkins, 1978.

criar novos valores. Assim, enquanto a teoria da modernização supunha que os valores políticos determinavam o comportamento político, nós consideramos haver uma interação recíproca entre os dois fatores.⁷

A ênfase na cultura política rompe também com a tradição marxista, já que o marxismo reduz a cultura e os valores políticos aos interesses de classe, vistos como determinantes das interações políticas.⁸ Em contraste, consideramos os valores como parte crucial das interações políticas de uma sociedade. Os valores relacionam-se às classes, mas não se reduzem a elas; relacionam-se aos padrões econômicos, mas têm autonomia com respeito à economia. A cultura política, então, não é sinônimo de ideologia, tal como concebida pelo marxismo.

Diferenciamos os movimentos sociais conforme dois parâmetros fundamentais: nível de envolvimento político e valores sociais e políticos.⁹ Todos os movimentos sociais têm um componente político, embora possamos ainda distinguir entre movimentos que estão mais (ou que estão menos) dedicados à promoção de mudança política. Mesmo quando o objetivo primário da organização é religioso (como no caso das CEBS) ou comunitário (como em algumas associações ecológicas), os movimentos que estudamos ocupam-se da mudança política — ao menos quando comparados a movimentos como a umbanda, por exemplo.

No universo dos movimentos sociais dedicados à promoção da mudança política, diferenciamos entre os novos movimentos sociais e os antigos, conforme os seus valores respectivos. Os novos movimentos orientam-se por critérios

⁷ Sobre esse ponto ver Fagen, *The Transformation of Political Culture in Cuba* citado.

⁸ Na maior parte de sua obra, Gramsci lidou extensamente com esse problema. De Althusser, ver especialmente "Ideology and Ideological State Apparatuses", in *Lenin and Philosophy and Other Essays*, Nova Iorque, Monthly Review Press, 1971, pp 127-186. Para uma crítica ver, de Lamounier, Bolívar, "Ideology and Authoritarian Regimes", dissertação de Ph. D., UCLA.

⁹ Claus Offe assume uma posição semelhante no seu excelente artigo

Finalmente, aproveitamos também o debate em curso na América Latina acerca das transições à democracia.⁴ A maior parte do debate sobre a transição focaliza as alianças e blocos políticos; mas é igualmente importante considerar os valores políticos — pois, embora seja possível uma democratização a curto prazo sob uma cultura política autoritária, e consolidação de um regime democrático estável requer provavelmente uma transformação dos valores políticos. E mais ainda: até o momento, os debates sobre a transição para a democracia não incluem a análise dos novos movimentos sociais.

Definindo alguns conceitos básicos

Embora a idéia central do artigo seja a discussão histórica das relações entre os novos movimentos sociais, as culturas políticas e a democracia, na Argentina e no Brasil

⁴ "Movimentos Sociais e a Institucionalização de uma 'Ordem'", IUPERJ, junho, 1983; Boschi, Renato, (org.), *Movimentos Coletivos no Brasil Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1983; Cardoso, Ruth, "Movimentos Sociais Urbanos: Balanço crítico", in Sebastião Velasco e Cruz *et alii*, *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 215-239; Paiva, Vanilda, "Anotações para um Estudo sobre Populismo Católico e Educação Popular", *Kellogg Institute Working Paper*, nº 4, dez. 1983; Cardoso, Fernando Henrique, "Regime Político e Mudança Social", *Revista de Cultura e Política*, 3, nov. 1980/jan. 1981.

Uma contribuição principal, no prelo, é a de O'Donnell, Guillermo, Schmitter, Philippe e Whitehead, Laurence, (orgs), *Transitions from Authoritarian Rule: Southern Europe and Latin America*. Ver também de O'Donnell, G., "Notas para el estudio de procesos de democratización política a partir del estado burocrático-autoritario", *Estudios CEDES*, II, nº 5, 1979; O'Donnell, G., "Tensions in the Bureaucratic-Authoritarian State and the Question of Democracy", in Collier, David, (org.), *The New Authoritarianism in Latin America*, Princeton Univ. Press, 1979, pp. 285-318; Cardoso, Fernando Henrique, *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Santos, Wanderley Guilherme dos, *Poder e Política: Gênese do Autoritarismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Forense, 1978; Rustow, Dankwart, "Transitions to Democracy: Towards a Dynamic Model", *Comparative Politics*, II, abr. 1970, pp. 337-363; Gurelton, Manuel Antonio, "Evolución Política del régimen militar chileno y problemas de la transición a la democracia (no prelo).

contemporâneos, é necessário definir preliminarmente alguns conceitos fundamentais. Entendemos por cultura política os valores políticos que provêm a base tanto do discurso e das ideologias políticas como da prática política. Os valores políticos são orientações básicas, que determinam as formas de compreensão da realidade; estão incorporados no discurso político e ao estilo da prática política.

Esta definição supõe que os atores não estão sempre conscientes dos seus valores políticos. Neste sentido, a noção de valores políticos não é sinônimo de discurso ou ideologia, ainda que o discurso e a ideologia expressem elementos valorativos. O discurso reflete a atitude consciente ou instrumental do ator acerca da política, sendo portanto um elemento-chave para compreender aspectos dos seus valores. Não obstante, os atores não possuem plena consciência dos fatores que integram sua visão de mundo e orientam a sua ação — e neste sentido o seu discurso reflete apenas de modo parcial a sua visão de mundo. Além disso, os atores podem criar um discurso para fins instrumentais, que não refletiria nem mesmo os seus valores conscientes.

As práticas políticas podem ser definidas como sendo o estilo e padrão de atuação política. Este aspecto da cultura política, embora mais difícil de estudar empiricamente que o discurso político, é igualmente importante. Mais estudos têm sido feitos sobre discurso e ideologia que sobre práticas políticas — em parte devido às dificuldades metodológicas e ao maior caráter subjetivo, presentes nos estudos das práticas políticas. Não obstante, devido às diferenças existentes entre a ideologia e a prática, qualquer tratamento adequado da cultura política deve considerar os estilos de atuação política.

A nossa compreensão da cultura política difere da empregada pelas teorias de modernização nos anos 50.⁵ Co-

⁵ Tornaram-se clássicos os estudos sobre cultura política nos anos 60. Almond, Gabriel, e Verba, Sidney, *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*, Princeton Univ. Press, 1963; Pye, Lucian e Verba, Sidney, *Political Culture and Political Development*,

regimes autoritários, mas sob os novos regimes democráticos tornaram-se com frequência isolados politicamente. Em consequência, seu impacto político principal resultaria de sua capacidade para colaborar na redefinição da cultura política, antes que de sua influência sobre os regimes políticos. No entanto, a longo prazo, tais mudanças na cultura política modelam as possibilidades de implementação de uma democracia estável.

Nossa análise inspira-se tanto no debate europeu como no latino-americano, acerca dos movimentos sociais, bem como na discussão sobre o autoritarismo e a democracia na América Latina — embora com certas divergências acerca dos enfoques predominantes em todos estes debates. Ainda que reconhecendo as grandes diferenças entre a Europa e a América Latina, consideramos que a ênfase europeia, sobre o significado potencial dos novos movimentos sociais para a formulação de uma nova cultura política, suscita questões relevantes acerca do potencial dos movimentos na América Latina. A discussão europeia contempla os novos movimentos sociais como componente importante das tentativas para superar a democracia liberal estabelecida (limitada ou convencional) no sentido de uma democracia radical (ou participativa).¹ Considerou-se como ponto de partida e objeto de crítica a democracia liberal, cuja obtenção tem sido ao contrário um dos objetivos principais dos movimentos da América do Sul. É claro,

¹ Surgiu uma extensa bibliografia acerca desses movimentos sociais e de seu potencial para fortalecer a democracia. Entre as contribuições mais importantes estão: Touraine, Alain, *La Voix et le Regard*, Paris, Seuil, 1981; Touraine, et alii, *La Prophétie anti-nucléaire*, Paris, Seuil, 1980; Touraine et alii, *Solidarité: Analyse d'un mouvement social*, Pologne, 1980-81; Paris, Fayard, 1982; Galtung, Johan, "The Blue and the Red, the Green and the Brown: A Guide to Movements and Counter-movements", Genebra, Institut Universitaire d'Etude du Développement, 1981; Ingrassia, Pietro, *Tradizione e Progresso*, Bari, de Donato, 1982; Melucci Alberto, *L'invenzione del presente. Movimento, Identità, Biografici Individuali*, Bolonha, Il Mulino, 1982; Offe, Claus, "New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics", *Social Research*, 52: 4, Inverno, 1985, pp (817-868).

então, que ao considerar-se os movimentos latino-americanos, a sobrevivência ou o poder dos elementos autoritários permanece um fator preponderante e limitativo.

Também utilizamos até certo ponto o debate latino-americano sobre os movimentos, mas igualmente com certas divergências. A maior parte do debate latino-americano insere-se em duas tendências principais. De um lado, um grupo de estudos exagerou a capacidade dos novos movimentos para criar uma nova sociedade.² Mesmo não ignorando os elementos inovadores destes movimentos, é importante reconhecer igualmente as suas limitações. Por outro lado, alguns estudos críticos emergiram, enfatizando os limites dos movimentos, mas subestimando à medida que podem apoiar a criação de uma nova cultura política democrática. Estes estudos mais críticos trouxeram interessantes contribuições, mas, ao negligenciar a cultura política, às vezes subestimaram o potencial destes movimentos sociais.³

² Diversos ideólogos dos diferentes movimentos sociais se enquadram nessa categoria, e várias reflexões intelectuais sobre os movimentos também têm sido decepcionantes. Muitos autores europeus que influenciam a discussão na América Latina também foram excessivamente otimistas acerca desses movimentos; ver especialmente Castells, Manuel, *Movimientos Sociales Urbanos*, México, Siglo XXI, 1974; Castells, Manuel, *Cidade, Democracia e Socialismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980; Borja, Jordi, *Movimientos Sociales Urbanos*, Buenos Aires, Siap, 1975; e Lojkin, Jean, *Le Marxisme, l'Etat et la Question Urbaine*, Paris, PUF, 1970. Entre os melhores trabalhos, que embora otimistas reconhecem limitações nos movimentos, estão: Moisés, José Alvaro, "Classes Populares e Protesto Urbano", tese de doutoramento, USP, 1978; Moisés, J.A., "Experiência de mobilização popular em São Paulo", *Contraponto*, III, 3, 1978, pp. 69-86; Singer, Paul, "Movimentos de Bairros" e "Movimentos Sociais em São Paulo: Traços Comuns e Perspectivas", in Singer, Paul, e Brandt, Vinicius-Caldreira (orgs), *São Paulo: O Povo em Movimento*, Petrópolis, CLRAP/Vozes, 1980, pp. 83-108 e 207-230.

³ Entre os estudos críticos mais importantes estão os de Mauchado da Silva, Luiz Antonio e Ziccardi, Alicia, "Notas para uma discussão sobre Movimentos Sociais Urbanos", in *Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, 13, 1ª série, 1980, pp. 79-95; Boschi, Renato,

12 Copias

Uma Revolução

No Cotidiano?

Seminário de Fora Curitiba

Novos movimentos sociais cultura política e democracia: Brasil e Argentina

Eduardo Viola e Scott Mainwaring*

Discutimos aqui os novos movimentos sociais do Brasil e da Argentina, com relação à transição política atualmente em curso e à cultura política tradicional semidemocrática destes países. O nosso argumento principal é que os novos movimentos sociais são atores importantes nos esforços atuais para definir a democracia, pois questionam a cultura política semidemocrática do Brasil e da Argentina, trazendo à arena política novos valores, métodos, abordagens e perspectivas. Em países dotados de tradições políticas autoritárias, estes movimentos podem ser uma força democratizante. E, ainda que tais movimentos tenham crescido nos últimos anos, consideramos também que enfrentam muitos obstáculos e problemas.

O trabalho concentra-se sobre quatro "novos movimentos": as comunidades eclesiais de base (CEBs) e o mo-

* Professores, respectivamente, da Universidade Federal de Santa Catarina e da University of Notre Dame, Estados Unidos. Este trabalho foi apresentado em extensos seminários, no Instituto Kellogg de Estudos Internacionais da University of Notre Dame e no Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), São Paulo. As críticas e sugestões recebidas fortaleceram e redefiniram substancialmente o trabalho. Foi publicado originalmente pela Revista *Telos* (Estados Unidos, Inverno, 1984).

(7)

vimento feminista no Brasil; grupos de defesa dos direitos humanos na Argentina e associações ecológicas dos dois países. Também consideramos as associações de moradores como exemplo de um movimento social antigo que, em certos casos, sofreu mudanças que o aproximam dos novos movimentos.

O trabalho busca debater e relacionar três temas distintos: culturas políticas, novos movimentos sociais e regimes políticos. Cada um destes temas requer tratamento cuidadoso, e o seu relacionamento é ainda mais complexo. Na ciência política, a noção de cultura política entrou em desuso durante a última década. Embora reconhecemos os seus problemas e ambigüidades potenciais, pensamos que pode ser um conceito útil para descrever modos de interação política. Os outros dois temas foram tópicos relativamente negligenciados, até recentemente, quando emergiram ao primeiro plano dos estudos das Ciências Sociais. No entanto, ambos os temas incluem questões que permanecem em aberto. Este trabalho considera que os novos movimentos sociais representam algo importante em termos de cultura política. Mas é difícil precisar a importância à que podem chegar tais inovações. O problema é acessível pela heterogeneidade significativa existente entre os movimentos que estudamos aqui. Finalmente, o trabalho sustenta que estes novos movimentos podem afetar a vida política e a transição à democracia, não obstante certas limitações e problemas internos. A dificuldade está em decidir como conceituar o impacto político e os limites dos diversos tipos de movimento. Conseqüentemente, embora consideramos que pode ser frutífero tentar relacionar os temas da cultura política, dos movimentos sociais e da democracia, reconhecemos também o caráter preliminar e exploratório deste ensaio — que busca ser antes sugestivo que conclusivo. Para antecipar sumariamente nosso argumento principal, consideramos que estes novos movimentos sociais têm sido muito importantes, no desafio que levantam aos valores políticos tradicionais, tanto no Brasil como na Argentina. Também se revelaram importantes ao definir os

uma democracia liberal, a democracia enquanto regime político pode sempre ser ampliada, tanto nos seus graus de competitividade como de participação.¹⁰ Podemos distinguir entre democracia restrita, democracia liberal e democracia participativa, conforme os diferentes níveis de competição e participação. A democracia restrita limita as formas e/ou níveis de participação e competição, ainda que observe alguns aspectos importantes das regras democráticas. A democracia radical supõe uma expansão da competitividade, ou especialmente dos elementos participativos da democracia liberal. Os regimes democrático-radicais respeitariam as instituições da democracia liberal, combinando-as com elementos de participação direta, tais como o plebiscito por iniciativa popular.¹¹ Embora não existam, na atualidade, regimes democráticos radicais, algumas democracias liberais, notadamente as dos países escandinavos, apresentam componentes radicais democráticos.¹² Os regimes com mais componentes radicais democráticos surgiram de uma ampliação dos elementos participatórios e competitivos da democracia liberal, mas uma revolução poderia também, presumivelmente, criar um regime com fortes elementos democráticos radicais.

As distinções entre democracia restrita, democracia liberal e democracia radical são importantes para a análise das relações entre as transições políticas e os novos movimentos sociais da Argentina e do Brasil. Ambos os países têm tido dificuldade para superar regimes autoritários e democráticos restritos, e estabelecer regimes democráticos liberais estáveis; os debates políticos da atualidade centram-se precisamente nessa tentativa. Embora uma democracia

¹⁰ Esse é um tema condutor da obra de Robert Dahl. Ver *Polyarchy*, New Haven, Yale University Press, 1971; e *Dilemmas of Pluralist Democracy*, New Haven, Yale Univ. Press, 1982.

¹¹ Ver de Macpherson, C. B., *The Life and Times of Liberal Democracy*, Nova Iorque, Oxford Univ. Press, 1977.

¹² Ver Nordic Institute (org.), *Nordic Democracies*, Estocolmo, 1982.

radical pareça inalcançável neste contexto, constitui-se no objetivo de muitos líderes dos novos movimentos sociais.

Movimentos sociais, culturas políticas e regimes políticos

O nosso propósito principal é o debate das relações entre os movimentos sociais, as culturas políticas e os regimes políticos no Brasil e na Argentina. É necessário, entretanto, pensar inicialmente estas relações desde um ponto de vista teórico.

Ainda que tenham sido frequentemente "ineficazes" histórica e politicamente, os movimentos sociais exerceram frequentemente um impacto significativo na cultura política. Muitas vezes, os movimentos sociais são ineficazes politicamente, devido ao seu grau relativamente baixo de institucionalização. Não obstante, está característico mesmo que os capacita a inovar com mais facilidade do que, digamos, as lideranças dos governos. De um modo geral, é possível dizer que os maiores desafios aos valores sociais predominantes têm surgido dos movimentos sociais, antes que dos líderes políticos.

As relações entre regime político e cultura política são muito complexas. Há um alto nível de correspondência entre os regimes estáveis e a cultura política. Por exemplo, as democracias liberais estáveis situam-se em sociedades com culturas políticas predominantemente liberal-democráticas. E os regimes democráticos com componentes mais radicais situam-se em sociedades dotadas de mais elementos radicais em sua cultura política democrática. No entanto, no caso de regimes instáveis, a correspondência entre regime e cultura política torna-se mais problemática. O regime político pode mudar rapidamente, enquanto a cultura política não passa por transformações.

Esta última situação aconteceu tanto na Argentina como no Brasil, países que oscilaram entre regimes democráticos e autoritários, enquanto a cultura política predominante permaneceu semidemocrática. As culturas políticas semidemocráticas estão provavelmente sujeitas, de mo-

do especial, a ciclos entre regimes autoritários e democráticos. Os seus componentes democráticos são suficientemente fortes para impedir a institucionalização de regimes autoritários por tempo indeterminado. Em sociedades dotadas de bolsões razoavelmente fortes de cultura política democrática, os regimes autoritários têm dificuldade para descartar as instituições e o discurso democrático — ainda que, como no caso brasileiro, possam permanecer no poder por um período relativamente longo. E, por outro lado, a força dos setores autoritários e semidemocráticos impede a emergência de um regime democrático estável.

A teoria da modernização centrou-se quase exclusivamente nas formas em que a cultura política afetava (ou quase determinava) os regimes políticos, em lugar de ver as influências recíprocas existentes entre a cultura política e o regime político — negligenciando assim os impactos do regime sobre a cultura.¹³ Do nosso ponto de vista, em contraste, há uma relação de reciprocidade entre regimes políticos e culturas políticas. Na verdade, ao contrário das suposições da teoria da modernização, um regime político democrático precede geralmente uma cultura política democrática. A transformação de uma cultura política requer, assim, uma mudança do regime, mesmo que tal mudança de regime não transforme a cultura política a curto prazo. De um modo geral, regimes estáveis produzem a sua própria cultura política. Isto não significa que todos os atores políticos de uma democracia estável serão portadores de valores democráticos, mas que a maioria das forças políticas principais devem partilhar tais valores.

A cultura política não é o único fator que afeta as possibilidades de um regime democrático; a liderança política, sua habilidade e engenhosidade também desempe-

nham importantes papéis, provavelmente de modo especial em períodos de transição para a democracia.¹⁴ Mas, de modo geral, a instabilidade dos regimes democráticos relaciona-se à ausência de correspondência entre regime e cultura política. Um dos problemas importantes de frontados por novos regimes democráticos é o da transformação da cultura política, previamente autoritária ou semidemocrática, em uma cultura democrática. Mesmo que nas fases iniciais da transição para a democracia predominem as questões ligadas à negociação e à habilidade política, a questão da mudança da cultura política é importante para qualquer transição estável.

A última relação que devemos considerar é a que existe entre os movimentos sociais e o regime político. Os movimentos sociais desafiam os regimes políticos, ao se relacionarem com regimes autoritários ou com regimes democráticos, seja tal desafio num sentido democrático como num sentido autoritário. Os movimentos fascistas da Europa, a mobilização argentina em apoio à Guerra das Malvinas-Falklands e o movimento "Moral Majority" dos Estados Unidos são exemplos de movimentos em apoio a um regime mais autoritário. Embora diferentes em outros aspectos, os antigos movimentos sociais clássicos (especialmente o movimento operário) e os novos movimentos sociais têm, geralmente, trabalhado no sentido da democratização dos regimes políticos. Os movimentos operários europeus, por exemplo, desempenharam importante papel na democratização de regimes semidemocráticos do século XIX.¹⁵

Embora seja possível postular um impacto, geralmente democrático ou autoritário, de diferentes movimentos sociais sobre o regime político, metodologicamente é mu-

¹³ Ver de O'Donnell, Guillermo, e Schmitter, Philippe, *Political Life after Authoritarian Rule*, vol. 1, de O'Donnell et alii (orgs.), *Transitions from Authoritarian Rule* (chado).

¹⁴ Ver de E. P. Thompson, *The Making of the English Working Class*, Nova Iorque, Pantheon, 1964.

¹⁵ Sobre esse ponto, ver de Pateman, Carole, "Political Culture, Political Structure and Political Change", in *British Journal of Political Science*, vol. 1, jul. 1971, pp. 291-306.

alguns participantes dos movimentos rejeitam qualquer compromisso "político", e não acreditam na importância do Estado. Parte de seu impacto político deriva de uma nova forma "apolítica" de atuar politicamente. Mas este mesmo aspecto de seu impacto político vincula-se também a uma limitação e contradição interna, pois os meios "apolíticos" de atuação política podem restringir drasticamente sua habilidade para transformar os regimes políticos. Neste caso, embora representem algo novo em termos de cultura política, os movimentos podem ser afinal marginalizados, enquanto pequenos movimentos culturais alternativos, com capacidade limitada de transformação social. Esta relação entre o caráter "apolítico" e político dos movimentos, entre seus impactos e suas limitações, constitui-se numa das questões principais deste trabalho.

Culturas políticas

Podemos distinguir cinco tipos de culturas políticas principais: autoritárias de direita, autoritárias de esquerda, semidemocráticas, democráticas liberais e democráticas radicais. Esta conceituação distingue principalmente entre os valores democráticos e autoritários, e secundariamente entre a clássica divisão esquerda/direita.

Esta diferenciação das culturas políticas não é uma teoria geral, mas um conjunto de tipos ideais, úteis à conceituação do problema. Qualquer ator político particular pode passar por uma transformação dos seus valores políticos; os tipos ideais não identificam as culturas políticas a atores políticos específicos permanentes, mesmo porque uma transformação das culturas políticas não ocorre a curto prazo. Estas cinco categorias são todas tipos ideais, no sentido weberiano, de modo que muitos indivíduos e movimentos reais combinam elementos de duas ou mais categorias. Não obstante, podemos identificar cinco tendências principais para os atores ou movimentos específicos, classificando-os coerentemente.

Os autoritários de direita combinam o autoritarismo político com o elitismo social. Não creem na democracia

to difícil estabelecer a natureza precisa de tais vínculos. Não há uma clara relação de causa-efeito; muitos fatores afetam os regimes políticos, e é impossível determinar o peso específico desses fatores diversos. Tal dificuldade impõe certos limites ao rigor da análise, mas não impede reconhecer a centralidade do problema, nem a possibilidade de estabelecer argumentos de ordem geral.

Grande parte dos debates da década passada sobre os movimentos sociais na América Latina simplificou esse problema. Sugeriu-se que, por terem tais movimentos valores democráticos, ajudariam necessariamente na democratização da ordem política. De fato, tal relação é mais complexa. É fácil imaginar um cenário de expansão dos movimentos sociais orientados democraticamente, mas onde o sistema político em seu conjunto desloca-se num sentido mais autoritário. Em última análise, mudanças no regime político afetam mais fortemente os movimentos sociais (reprimindo-os, por exemplo) do que os movimentos sociais afetam o Estado.

As formas de regime político (ou de Estado) têm um impacto profundo, e frequentemente subestimado, nos movimentos sociais. O Estado pode adotar três posições básicas diferentes frente aos movimentos sociais. Primeiro, pode responder e apoiar relativamente as demandas dos movimentos, sem destruir sua autonomia. Tal possibilidade encoraja a expansão dos movimentos. Segundo, o Estado pode cooptar, marginalizar ou isolar os movimentos, mesmo ao incorporar algumas de suas demandas ao sistema político. Neste cenário, os movimentos tendem a uma história mais cíclica, de surgimento e declínio, conforme as dinâmicas internas e conjunturas particulares. Finalmente, o Estado pode reprimir os movimentos sociais, em cujo caso estes tendem a declinar, ao menos temporariamente.

A importância do Estado na determinação da trajetória dos movimentos sociais levanta alguns paradoxos no caso dos novos movimentos. Conforme já notamos, em contraste com os antigos movimentos, os novos não se orientam principalmente ou diretamente para o Estado. De fato,

política e consideram o uso da força como instrumento político legítimo e necessário. As ideologias autoritárias de direita perderam legitimidade após a Segunda Guerra Mundial. Desde então, poucos ideólogos importantes do autoritarismo apareceram, e na maior parte do mundo ocidental os regimes autoritários tiveram que fazer concessões ao discurso democrático. Apesar desta desarticulação das ideologias explicitamente autoritárias, as *mentalidades* e práticas autoritárias permanecem difundidas.¹⁶ No mundo contemporâneo há um amplo leque de valores autoritários, dos tradicionais aos tecnocráticos. Embora certos autoritários de direita prefiram políticas econômicas e sociais não-intervencionistas, permanecem estatizantes no âmbito político, pois limitam a extensão e/ou a autonomia da sociedade civil em relação ao Estado. Os autoritários de direita consideram certos atores políticos como ilegítimos. Os democráticos liberais e radicais aceitam um nível de incerteza, como parte do confronto democrático, mas nenhum autoritário é capaz de fazê-lo.¹⁷

O autoritarismo de esquerda combina igualitarismo social e autoritarismo político. Vincula-se, usualmente, ao pensamento marxista-leninista, ao partido de vanguarda, à

¹⁶ A distinção entre ideologias claramente elaboradas e mentalidades que são mais difusas foi desenvolvida pelo trabalho estimulante de Juan J. Linz, "An Authoritarian Regime: Spain," in Alford, Erik e Littenum, Ylfo (orgs.), *Clashes, Ideologies and Party Systems*, Helsinki, Academic Bookstore, 1964. Acerca do âmbito das mentalidades autoritárias no mundo contemporâneo, ver de J. J. Linz, "Totalitarian and Authoritarian Regimes," in Greenstein, Fred e Polsky, Nelson (orgs.), *Handbook of Political Science*, vol. 3, Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1975.

¹⁷ Entre os autoritários de direita contemporâneos mais importantes estão: Gentile, Giovanni, *Origem e Doutrina do Fascismo*, Roma, 1927; Maurras, Charles, *Nos Idéias Políticas*, Paris, Fayard, 1937; Schmitt, Carl, *Dieta da Morte*, Madrid, Guadarrama, 1975; Manoliescu, Mihail, *O Século do Corporativismo: Doutrina do Corporativismo Integral e Puro*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938. Exemplos salientes do autoritarismo de direita na América Latina são: Lugones, Leopoldo, *La Hora de la España*, Buenos Aires, e Amalari, Antônio José Azevedo, *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

ideologia do partido Estado e à ditadura do proletariado.¹⁸ Sendo o marxismo-leninismo o exemplo mais importante do autoritarismo de esquerda, existem, no entanto, outros exemplos, inclusive os revolucionários islâmicos e alguns movimentos revolucionários da África negra. Apesar da oposição radical entre os autoritários de direita e esquerda, há pontos de convergência em termos de cultura política. Os autoritários de esquerda acreditam na importância da legitimidade da força e da violência política. Têm uma concepção militarista da política e descrevem na democracia política, como instrumento de dominação burguesa, ou têm ainda uma atitude instrumental em face da democracia. A concepção vanguardista da política é elitista ao postular a organização revolucionária como única detentora da verdade política. Os autoritários de esquerda se relacionam às massas de modo instrumental e manipulatório. A tradição leninista do marxismo é consistentemente autoritária, mas outros marxistas participam das tradições semidemocráticas, radicais e até liberal-democráticas.¹⁹

¹⁸ Entre os marxistas autoritários de esquerda mais significativos estão: Lenin, V. I., *El Estado y la Revolución, Que Hacer e la Revolución Proletaria y el Renegado Kautsky*, Buenos Aires, Ed. Curiago, 1965; Trotsky, Leon, *Terrorism and Communism: A Reply to Karl Kautsky*, Ann Arbor, Univ. of Michigan Press, 1961; Stalin, Josef, *Foundations of Leninism and Problems of Leninism*, Nova Iorque International Publishers, 1934; Mao Tse-tung, *People's Democratic Dictatorship*, Londres, Lawrence e Wishart, 1950, e *Quotations from Chairman Mao Tse-tung*, Peking, Foreign Language Press, 1972; Guevara, Ernesto, *Obra Revolucionaria*, México, Ed. Era, 1967; Fanon, Frantz, *Los Condenados de la Tierra*, México, FCE, 1966; Balibar, Etienne, *Sur la Dictature du Proletariat*, Paris, Maspéro, 1976; Murrighan, Carlos, *Pour la libération du Brésil*, Paris, Seuil, 1970.

¹⁹ Representativo da tradição semidemocrática, seria Antônio Gramsci, que rejeitou o elitismo de Lenin, no entanto subestimava ainda a democracia política, e acreditava na violência como meio de chegar ao poder. Rosa Luxemburg é geralmente representativa da tradição democrática radical; ver *The Russian Revolution and Leninism or Alexism?*, Ann Arbor, University of Michigan, 1961. Tanto Gramsci como Luxemburg são casos complexos. Gramsci combinava alguns elementos radicais e autoritários de esquerda com valores predominantemente semide-

Os atores políticos semidemocráticos têm uma atitude instrumental em face da democracia. Não rejeitam a democracia (como fazem os autoritários de direita e de esquerda), mas não a consideram com o mesmo vigor dos democráticos liberais e radicais. Dependendo das circunstâncias, podem favorecer tanto a democracia representativa como a democracia restrita, ou o autoritarismo. Quanto aos valores sociais, os semidemocráticos incluem um amplo espectro ideológico, em que a esquerda semidemocrática, os populistas e os conservadores são os mais significativos. A esquerda semidemocrática partilha da maior parte dos valores da esquerda autoritária, mas abandonou o apoio à violência, adotando também uma organização partidária mais flexível. Os políticos populistas ocupam-se usualmente com a justiça social e com o desenvolvimento de uma base de massas, encorajando, portanto, de modo geral, a participação política. No entanto, buscam controlar a natureza desta participação, retirando a autonomia dos atores políticos, e demonstram pouca atenção com questões institucionais. Os semidemocráticos conservadores consideram a democracia como um regime político desejável, mas nem sempre possível. Embora desejem a democracia, a subordinam à ordem social e econômica e especificamente à preservação do sistema capitalista. O seu discurso é próximo ao democrático liberal, inclinam-se por baixos índices de participação e um nível máximo de autonomia dos representantes em face dos seus representados. Defendem uma concepção mínima da democracia, focalizando nas garantias dos direitos civis básicos (especialmente de propriedade) e na proteção contra o estatismo. Seu projeto sócio-econômico é conservador e elitista. Opõem-se à expansão dos direitos democráticos, à igualdade social e à participação

democráticos; enquanto Luxemburg também incluía alguns elementos semidemocráticos. Dois dos mais importantes representantes clássicos do marxismo social democrático são Bernstein, Eduard, *Evolutionary Socialism*, Nova Iorque, Schocken, 1961, e Karl Kautsky, *Terrorisme et communisme*, Paris, Povolosky, 1919.

política. Em momentos de crise política, os semi-democráticos conservadores tendem a favorecer um Estado "forte" e a aliar-se aos autoritários; enquanto nos momentos de transição à democracia geralmente aliam-se aos democráticos liberais em quase todos os aspectos.²⁰

Os democráticos liberais defendem a democracia representativa de um ponto de vista não instrumental. Incluem um amplo espectro ideológico, desde ideologias relativamente conservadoras até as sociais-democráticas. A questão da igualdade social é secundária aos valores institucionais, ainda que os democráticos progressistas preocupem-se com a superação das desigualdades. Concebem os embates políticos principalmente como uma série de negociações entre as elites. Em contraste com os democráticos radicais, os liberais acreditam na especialização e na tecnologia. São pluralistas, mas creem que as massas desempenham um papel político necessariamente limitado. Assim como os democráticos radicais, mas em contraste com os outros três tipos que consideramos, os democráticos liberais acreditam no valor da diversidade e têm mentalidade mais aberta.²¹

²⁰ Entre os mais importantes conservadores semidemocráticos contemporâneos estão Huntington, *Political Order in Changing Societies* (citado) e Kirkpatrick, Jeanne, *Diktatorships and Double Standards*, Nova Iorque, Simon and Schuster, 1982. Um exemplo importante do pensamento conservador semidemocrático contemporâneo na América Latina é o dos líderes militares que aquietaram os regimes burocráticos autoritários, como Cousto e Silva, Golbery do, *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967. Exemplos mais clássicos são os de Mosca, Gaetano, *The Ruling Class*, Nova Iorque, McGraw Hill, 1939, e Ortega y Gasset, José, *La Rebelión de Las Masas*, Madrid, Revista de Occidente, 1954. Perón, Juan, *La Comunidad Organizada*, Buenos Aires, Lepe, 1973, é um dos mais importantes populistas semidemocráticos. Adler, Max, *Democratie Politique et Democratie Social*, Paris, Anthopos, 1970, representa o pensamento semidemocrático de esquerda.

²¹ Existem quatro correntes principais na doutrina liberal democrática: a conservadora, a liberal (no seu sentido correto), a democrata cristã e a social democrática. Um conservador importante é Hayek, Friedrich, *La Route de la Servitude*, Paris, Medid, 1946. Entre os liberais

Os democráticos radicais combinam a crença na democracia política com a preocupação com o igualitarismo social. Os democráticos radicais concordam com os liberais acerca da importância dos mecanismos institucionais e das liberdades civis básicas. No entanto, em contraste com os liberais, insistem na transformação das instituições, de modo a tornar a sociedade mais plenamente democrática. Os radicais valorizam mais plenamente a participação e os espaços públicos de comunicação normativa. Criticam as abordagens tecnocráticas à vida moderna, inclusive os estilos tecnocráticos e elitistas de atuação política. Sublinham mais a igualdade sócio-econômica do que o fazem os democráticos liberais, pois alguns liberais, a partir da tradição de Tocqueville, consideram que um grau elevado de igualdade ameaça a liberdade.²² Os democráticos radicais

há Sartre; Giovanni, *Democratic Theory*, Detroit, Wayne State University, 1962; Arendt, Hannah, *On Revolution*, Nova Iorque, Viking Press, 1963; e *The Origins of Totalitarianism*, Nova Iorque, Meridian Books, 1958; Dahl, Robert, *A Preface to Democratic Theory*, University of Chicago Press, 1956; Laski, Harold, *The Rise of European Liberalism*, London, Allen and Unwin, 1965; e Jouvenci, Bertrand de, *Du Peuvôir, Histoire Naturel de la Coexistence*, Paris, Hachette, 1972; Marjain, Jacques, *Cristianismo e Democracia*, Rio de Janeiro, Agir, 1958, é um dos mais importantes democratas cristãos. Autores representativos da linha social democrática são: Schumpeter, Joseph, *Capitalism, Socialism and Democracy*, Nova Iorque, Harper, 1950; e Justo, Juan B., *Teoría y Prácticas de la Historia*, Buenos Aires, Vanguardia, 1938.

Entre os mais importantes democráticos radicais, de antes da Segunda Guerra Mundial, estão: Reich, Wilhelm, *The Mass Psychology of Fascism*, Nova Iorque, Farrar, Straus e Giroux, 1914; e *The Sexual Revolution: Toward a Self-Regulatory Character Structure*, Nova Iorque, Farrar, Straus e Giroux, 1914; Pannekoek, Anton, *Les Conseils Ouviers*, Paris, Belbaste, 1914; Matlick, Paul, *Integration Capitaliste et rupture ouvrière*, Paris, EDI, 1972. Logo após a guerra, Simone de Beauvoir publicou o livro clássico do feminismo contemporâneo, *Le Deuxième Sexe*, Paris, Gallimard, 1962. Autores representativos dos democráticos radicais no período mais recente são: Marcuse, Herbert, *One Dimensional Man*, Boston, Beacon Press, 1966; Marcuse, C. B., *The Life and Times of Liberal Democracy*, Nova Iorque, Oxford Univ. Press, 1971; Illich, Ivan, *La Convivialité*, Paris, Seuil, 1973; Castoriadis, Cornelius, *L'Institution Imaginaire et de la société*, Paris, Seuil, 1975; Habermas,

têm freqüentes dificuldades em lidar com a política institucional, devido a suas ênfases muitas vezes utópicas.

Os elementos conservadores entre os democráticos liberais consideram os radicais com desconfiança, crendo que sua concepção de democracia é uma utopia. Argumentam que índices elevados de participação, em lugar de apertado governo. Esta visão é questionável, já que os democráticos radicais geralmente rejeitam as abordagens estatísticas ao desenvolvimento, apóiam o controle local, e se interessam por questões normativas que não envolvem o Estado necessariamente num jogo político de soma-zero, nem demandam recursos materiais. Os democráticos radicais preocupam-se mais freqüentemente com temas psicossociológicos, que com recursos materiais. Por exemplo, o objetivo principal do movimento feminista, de redefinir as relações entre homem e mulher, não demanda intervenção estatal, nem, de modo geral, recursos materiais. De fato, a ênfase na autonomia local e nos temas psicossociais é um dos seus traços distintivos.

Embora os democráticos radicais partilhem certos valores com a esquerda marxista-leninista e com os sociais democráticos, há também algumas diferenças. Enquanto os democráticos radicais preocupam-se com a igualdade social,

Jürgen, *Problemas de legitimación en el capitalismo tardío*, Buenos Aires, Amorrortu, 1975; Alberoni, Francisco, *Movimiento e Infracción. Teoría General*, Bolonha, Il Mulino, 1977; Barho, Rudolph, *L'Alternative*, Paris, Stock, 1979; Kuron, Jack e Modzelewski, Karol, *Lettre Ouvrière au Parti Ouvrier Polonais*, Paris, Maspero, 1969; Galtung, Johan, *The True World: A Transnational Perspective*, Nova Iorque, the Free Press, 1979; Guattari, Félix, *Revolução Molecular: Pulsões Políticas do Deleto*, São Paulo, Brasiliense, 1980; Goiz, André, *Adieu à l'Industrialisme: Au delà du Socialisme*, Paris, Gallimard, 1980; Lefort, Claude, *L'invention démocratique: les limites de la domination totalitaire*, Paris, Fayard, 1981; Foucault, Michel, *Power/Knowledge*, Nova Iorque, Pantheon Books, 1980; Kolakowski, Leszek, *L'esprit révolutionnaire*, Paris, Ed. Complexe, 1978; Rowbotham, Sheila, "The Women's Movement and Organizing for Socialism", in Rowbotham and Wainwright, (orgs.) *Beyond the Fragment: Feminism and the Making of Socialism*, London, Merlin Press, 1979.

regimes autoritários. Nenhum governo argentino eleito democraticamente em eleições competitivas chegou a concluir o mandato, com exceção do governo de Juan Perón (1946-1952) — que pouco depois tornou-se um dos poucos exemplos de governante autoritário eleito em sufrágio democrático aberto.

Uma das causas e conseqüências da ausência de regimes políticos democráticos é a formação de uma cultura política autoritária. Em ambas as sociedades, importantes setores da população expressaram indiferença ao pluralismo institucional e buscaram benefícios (materiais ou políticos) de curto prazo, mesmo com o ônus de subverter a ordem democrática. Como resultado da predominância de regimes autoritários, os cidadãos dos dois países tornaram-se em grande medida desabituados dos valores democráticos. Ademais, a cultura política autoritária de ambas as sociedades foi reforçada por formas de autoritarismo social. O autoritarismo não tem sido característico apenas da vida política, mas marcou muitos aspectos das relações sociais.

Embora os dois países tenham uma tradição autoritária, tiveram também em sua História elementos de pluralismo político e constitucionalismo. São mais autoritários que as democracias estabelecidas na Europa e América do Norte, mas exibem também uma cultura política mais pluralista que a maior parte das sociedades do Terceiro Mundo. Neste sentido, a Argentina e o Brasil, lado a lado com o Uruguai, o Chile, a Costa Rica e a Venezuela, aproximam-se mais de certos países da Europa Meridional (Espanha, Portugal, Grécia) — que passaram por transições bem-sucedidas, do autoritarismo à democracia, durante a última década — do que da maioria dos países do Terceiro Mundo, inclusive a maior parte da América Central, que não viveram quase nenhuma experiência de constitucionalismo e pluralismo político. Em conseqüência, os esforços atuais para criar democracias estáveis no Brasil e na Argentina não podem ser desconsiderados como quimeras sem fundamento, assim como tampouco os esforços dos vários movimentos sociais para desafiar a cultura política autoritária

focalizam mais as interações pessoais do que os autoritários de esquerda, não vão tão longe quanto estes nas demandas de igualdade sócio-econômica, e são menos precisos acerca dos meios para lograr as transformações políticas. Tanto a esquerda leninista como os sociais democráticos sublinham a importância das organizações centralizadas na vida da sociedade. Concebem a política como interação entre elites políticas, minimizando assim a ênfase dos radicais na participação. São mais estatistas que os democráticos radicais e têm uma crença maior no Estado tecnocrático moderno. A tradição anarquista teve alguma influência sobre os democráticos radicais contemporâneos, particularmente no que concerne às perspectivas antiestatistas e à ênfase na democracia local.

Embora sejam um setor claramente minoritário, os democráticos radicais podem ajudar a definir a natureza da transição à democracia. Até agora tem prevalecido no debate contemporâneo uma concepção minimalista da transição para a democracia, centrada em questões institucionais e no fortalecimento dos democráticos liberais. Esta concepção minimalista pode salvaguardar a democracia, mas também tende a desconsiderar questões importantes levantadas pelos democráticos radicais relacionadas ao conteúdo normativo da forma de democracia que está surgindo. Os democráticos radicais dedicam-se a trabalhar por formas de democracia marcadamente diferentes daquelas defendidas pelos democráticos liberais: mais participatórias, menos estatistas, e mais preocupadas com as classes populares.

A cultura política autoritária no Brasil e na Argentina

A democracia é uma forma de regime político relativamente pouco difundida no mundo, e tanto a Argentina como o Brasil têm demonstrado dificuldade para criar regimes democráticos estáveis. Ambos os países viveram apenas períodos ocasionais e instáveis de governo democrático durante o século XX. Desde 1930, o Brasil experimentou apenas 18 anos de regime democrático, entre 1946 e 1964. A Argentina tem tido uma propensão ainda maior para os

podem ser vistos como uma utopia absolutamente infundada.

Ainda que os dois países tenham certas semelhanças quanto às dificuldades para estabelecer regimes políticos democráticos e, quanto à cultura política autoritária, possuem também marcadas diferenças quanto às formas de autoritarismo existentes na cultura política. Além disso, as causas do autoritarismo social e político são, nos dois casos, marcadamente diferentes.

O padrão de interações sociais, no decorrer da História do Brasil, foi marcado pela experiência do escravismo. Mesmo após a abolição legal em 1888, a tradição escravista continuou a legitimar as desigualdades sociais e a hierarquização social. As normas prevalentes rejeitam o igualitarismo e os ideais democráticos, favorecendo o estabelecimento de uma cidadania estratificada. A afirmação da hierarquia e das diferenças sociais conduziram à marginalização dos setores populares de todas as instituições mais importantes — políticas, religiosas, sociais, econômicas. A ideologia dominante legítima e até exige tal marginalização e subordinação popular, bem como drásticas desigualdades no plano sócio-econômico.²³ O caráter elitista, autoritário e hierárquico da vida em sociedade perpassa as múltiplas formas de relacionamento. No local de trabalho, operários e camponeses têm tido seus direitos muito limitados. Suas organizações surgiram lentamente e permaneceram restritas, sob a pressão de altos índices de repressão pública e privada, como ameaça difusa, de modo que a autoridade dos empregadores tem perdurado virtualmente irrestrita. As relações hierárquicas têm sido mais pronunciadas no setor de serviços, como nas várias formas de serviço doméstico, em que uma vasta proporção da população recebe o seu sustento. As relações extrafamiliares têm sido tão elitistas e

autoritárias, que um conhecido antropólogo brasileiro sustentava que a expressão "Você sabe com quem está falando?", amplamente utilizada para estabelecer as diferenças sociais, retrata a essência da vida social brasileira.²⁴

A história do autoritarismo social e político na Argentina é diferente em pontos significativos. Em 1930 a Argentina tinha um dos níveis de vida mais elevados do mundo, uma tradição duradoura de constitucionalismo, e um padrão significativo de igualdade social. A experiência do escravismo, que marcou tão profundamente a História brasileira, jamais existiu na vida da sociedade argentina. Não obstante as tentativas das elites para limitá-las, as tendências de igualdade social foram incorporadas às relações sociais e, especialmente durante a gestão de Perón (1946-1955), ao discurso político. Em contraste com o existente no Brasil, a crença na igualdade de oportunidades tem sido constante. Quanto à presença política dos setores populares — especialmente da classe operária —, na Argentina ocorre o oposto do Brasil. Na primeira há uma tradição mais forte de mobilização populista massiva, como parte do confronto interelites, e também uma história maior de mobilização e organização popular autônoma. Ao passo que a política brasileira se caracteriza pela ausência relativa das classes populares, na Argentina estas têm estado constantemente na esfera política. Durante a primeira gestão de Perón, a classe operária argentina era uma das mais organizadas do mundo e, juntamente com a classe trabalhadora inglesa, uma das capazes potencialmente de afirmar a igualdade nos locais de trabalho e restringir a autoridade dos empregadores. Tal padrão igualitário expandiu-se a outras relações sociais. Enquanto o pobre no Brasil aceita a diferenciação suposta por "Você sabe com quem está falando?", o da Argentina é conhecido por sua rejeição insolente de tentativas semelhantes de hierarquização social: "A mi que mierda me importa" (numa tradução livre: "e eu

²³ Sobre estes padrões gerais da cultura política brasileira ver Faoro, Ray-Bundo, *O Dono do Poder*, Porto Alegre, Globo, 1978. Quanto à dimensão das instituições liberais, ver Santos, Wanderley Guilherme dos, *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

²⁴ Damatta, Roberto, *Corrupção, Malandros e Heróis: Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

com isso?").²⁵ Em razão da ideologia dominante, estabelecida pelo sistema educacional e as instituições jurídicas, a Argentina formou uma concepção unificada da cidadania mais semelhante aos padrões europeus e norte-americanos de cidadania.²⁶

Em correspondência com as diferenças nas relações sociais e culturais, há diversidade igualmente marcada entre os padrões políticos dos dois países. O sistema político brasileiro sempre foi elitista, e suas elites demonstraram capacidade excepcional para ampliar o sistema quando necessário, enquanto mantinham sua natureza excludente. As elites estabeleceram as regras básicas do jogo político, limitando as tentativas para mudança social e cooptando novos setores como parte do sistema. O único momento em que este padrão pareceu ameaçado foi em 1963-1964, quando as elites e os militares responderam à mobilização popular com um golpe de Estado. Este padrão elitista fortemente estabelecido tem permitido um alto grau de estabilidade política.

Na Argentina as lutas políticas têm sempre sido bem menos elitistas. Desde 1930 que o sistema político tornou-se extremamente instável e caracterizado por um grau elevado de facciosismo — ou seja, pela tendência para privilegiar interesses próprios de curto prazo, a expensas de preocupações sociais de longo prazo, inclusive preocupações institucionais como a da democracia. Fracassaram tanto as tentativas intermitentes de criar um sistema mais elitista (1930-1943, 1966-1973, 1976-1983) como outros projetos, para incluir e incorporar mais plenamente as massas

²⁵ Ver o excelente artigo de O'Donnell, Guillermo. "A mi que me importa: Notas sobre sociabilidad y política en Argentina y Brasil". *Kellogg Institute Working Paper*, 9. jan. 1984.

²⁶ Entre os estudos clássicos sobre a questão da cidadania estão os de Marshall, T. H., *Class, Citizenship and Social Development*, Garden City, Doubleday — Anchor, 1965; e Reinhard Bendix, *Nation Building and Citizenship*, Garden City, Nova Iorque, Anchor Books, 1969. Wardenley Guilherme dos Santos escreveu um livro fundamental sobre a "cidadania regulada" no Brasil: *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*, Rio de Janeiro, Campus, 1979.

(1943-1955, 1963-1966, 1973-1976). Os setores tradicionais desestabilizaram o sistema político nas suas tentativas de excluir, enquanto os que favoreceram uma ordem política mais aberta também fracassaram, em grande parte devido a agudas divergências (peronistas *versus* radicais) quanto às regras a serem estabelecidas em um sistema democrático.

Uma peculiaridade da política argentina é o alto nível de polarização implantado durante a gestão de Perón (1946-1955), e que continuou marcando o sistema político nas décadas seguintes. Esta polarização surgiu numa sociedade em que todos os setores aceitavam a ordem capitalista, e onde até fins dos anos 60 não havia demandas maiores por mudanças sócio-econômicas radicais. Os diversos partidos, classes sociais e grupos de interesse formaram alianças com setores militares e apoiaram golpes, como meio de defesa de seus interesses imediatos. A militarização da política produziu níveis muito mais altos de violência política que no Brasil, especialmente na onda do terrorismo de esquerda e de direita dos anos 70, que culminou no regime militar de 1976 a 1983 — cujo caráter repressivo ultrapassou qualquer nível de violência ocorrido na História do Brasil contemporâneo. Enquanto mesmo a maior ruptura com o passado na História brasileira recente, que foi o golpe de 1964, manteve certa continuidade importante com o passado — inclusive a preservação dos partidos e eleições (que depois permitiram a liberalização do regime militar, a partir dos meados dos anos 70) —, a História política argentina tem-se notabilizado por tentativas de mudança radical das anteriores regras de jogo, impedindo assim a continuidade das instituições. Ao passo que, no Brasil, a liberalização do regime militar foi excepcionalmente longa e cautelosa — o regime tem dedicado mais tempo às tarefas de liberalização do que dedicou anteriormente às de institucionalização autoritária —, as transições na Argentina para regimes democráticos têm sido rápidas e voltadas para a completa derrubada do sistema militar.²⁷

²⁷ Uns quantos estudos tratam das características gerais do sistema político argentino nas últimas décadas. Ver O'Donnell, Guillermo, *El Estado*

Em razão das diferenças de causa e de natureza, entre os autoritarismos argentino e brasileiro, os desafios que apresentaram aos novos movimentos sociais, para a criação de uma nova ordem democrática, são também até certo ponto diferentes. No Brasil, o desafio básico para a criação de uma ordem mais democrática consiste na superação do elitismo social, enquanto na Argentina consiste na superação do facciosismo sócio-político. Os novos movimentos que assumiram maior importância, nos países respectivos, as organizações de direitos humanos, na Argentina, e as CEBs, do Brasil, são precisamente os que enfrentaram estes desafios.

Regimes militares e cultura política

O regime militar subiu ao poder no Brasil em abril de 1964, e deixou o poder em março de 1985, sendo que na Argentina o regime militar durou de março de 1976 a dezembro de 1983. Os dois regimes burocrático-autoritários eram clara e decididamente anticomunistas e anti-subversivos, opondo-se aos regimes populistas que precederam a gestão militar. Ambos os regimes eram tecnocráticos, voltados para a estabilidade social e política e enfatizavam a ordem econômica. Foram nacionalistas e tentaram transformar suas sociedades respectivas em potências intermediárias do sistema mundial. Finalmente, os dois regimes buscaram transformar e "aprofundar" o sistema capitalista. O modelo brasileiro baseava-se na expansão das empresas modernas, eficiências e competitivas; na expansão de grandes firmas estatais e multinacionais; na internacionalização da economia; na expansão do papel econômico do Estado; e

no crescimento de uma sociedade de consumo. O modelo argentino buscava superar obstáculos políticos à transformação do capitalismo, em especial através da destruição dos sindicatos e abolindo drasticamente o protectionismo. Tal como o modelo brasileiro, promovia a internacionalização da economia, em especial através do setor financeiro.

Não obstante as semelhanças existentes, as diferenças entre os dois regimes foram notáveis. Embora o regime brasileiro ganhasse notoriedade internacional pelo uso da tortura política, especialmente entre 1968 e 1974, esta repressão foi seletiva quando comparada à usada pelo regime argentino. Pois no Brasil a repressão foi dirigida basicamente contra a liderança de esquerda e popular e teve um caráter reativo; em geral, embora o regime usasse de violência para destruir a esquerda e restringir a oposição, não exaltou a violência como instrumento político. Logo após a destruição das esquerdas, a utilização da tortura política entrou em desuso. No máximo, o número de assassinatos políticos resume-se a algumas centenas de casos.²⁸

O regime brasileiro permite alguma continuidade institucional em relação ao regime populista precedente. Eleições competitivas restritas foram realizadas para a maioria dos postos de governo local e estadual. Embora se abolissem os antigos partidos políticos em 1965, o regime criou dois novos partidos, a ARENA e o MDB. E ainda que o MDB gozasse de escassa legitimidade por vários anos, a partir das eleições de 1974 assumiu o perfil autêntico de um partido de oposição. O Congresso funcionou virtualmente durante todo o regime, embora tivesse poderes mínimos e

²⁸ *Burocrático-Autoritário, 1966-1973: Thunios, Demotas, Critic, Buenos Aires, Emecé, 1981; Viola, Eduardo, "Autoritarismo e Democracia na Argentina Contemporânea", Iese de doutoramento, USP, 1982; Cavazzoli, Marcelo, Autoritarismo e Democracia, 1955-1983, Buenos Aires, Centro Editor, 1983; Wynia, Gary, Argentina in Postwar Era, Albuquerque, University of New Mexico Press, 1978; O'Donnell, Guillermo, "Democracia en la Argentina: micro y macro", Kellogg Institute Working Paper, 2, dez. de 1983.*

A diferença entre os níveis de violência empregados pelos militares brasileiros e argentinos vincula-se à natureza da "ameaça exterior". O regime brasileiro depôs um regime populista reformista, mas nunca enfrentou uma ameaça revolucionária mais importante — não obstante o surgimento do movimento guerrilheiro no fim dos anos 60. Em contraste, durante o período de 1969 a 1976, houve na Argentina uma das mais poderosas forças de guerrilha urbana da história recente, mobilizadas e até insurreições populares massivas, acentuada desintegração social e caos econômico (1975-1976).

eleições semicompetitivas. E, se os militares formavam o bloco fundamental do regime, este incluía muitos tecnocratas civis no primeiro escalão do governo.

Uma base fundamental do regime militar brasileiro foi o seu êxito econômico. O regime iniciou a industrialização e a modernização aceleradas de muitas áreas rurais. Sustentada num modelo concentrador da renda, a economia brasileira expandiu-se numa taxa das mais altas do mundo, entre 1968 e 1980. O sucesso econômico atraiu amplo apoio dos estratos altos e médios da sociedade, que dele se beneficiaram diretamente. O regime também atraiu apoio das classes populares nas regiões mais pobres do país, em grande parte devido ao emprego bem-sucedido de práticas clientelísticas.

O regime brasileiro gozou de apoio significativo até 1983. O partido do governo do período 1965-1979, ARENA, conseguiu competir contra o partido de oposição oficialmente permitido, o MDB, nas eleições relativamente competitivas de 1974, 1976 e 1978, tendo vencido facilmente as eleições anteriores, menos competitivas. Desde a reorganização partidária de 1980 até 1983, o novo partido do governo, o PDS, permaneceu um partido majoritário, capaz de competir eleitoralmente. Foi também notável o grau elevado de continuidade dos dirigentes, nas posições de liderança do regime, e sua capacidade para manter relativamente estáveis as regras do jogo, mesmo durante o período de liberalização política.²⁹

O uso arbitrário e difundido da violência foi a característica mais saliente do regime argentino. Os militares co-

²⁹ Entre as obras mais importantes sobre o regime militar estão as de: Alves, Maria Helena Moreira. "The Formation of the National Security State: The State and the Opposition in Military Brazil", dissertação de Ph. D., MIT 1982; Stepan Alfred (org.), *Authoritarian Brazil: Origins, Politics, Policies and Future*, New Haven, Yale Univ. Press, 1973; Flynn, Peter, *Brazil: A Political Analysis*, Boulder, Westview Press, 1978; Cardoso, *Autoritarismo e Democratização* (citado); Lamounier, Bolívar (org.), *Voto de Desconfiança: Eleições e Mudança Política no Brasil*, Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980.

meçaram tentando exterminar à esquerda e destruir os sindicatos: O regime matou cerca de 30.000 pessoas entre 1976 e 1978, e dezenas de milhares tiveram que buscar o exílio. Em contraste com o ocorrido no Brasil, os militares argentinos empregaram a violência como um fim em si mesmo; os campos de concentração levaram tal violência aos maiores extremos. Um objetivo principal de terror era a destruição das identidades sociais e políticas previamente existentes. Buscando uma profunda ruptura na vida política, o regime desenvolveu uma ideologia que tratava de "purificar" e refundar a nação. O regime destruiu a maior parte do sistema institucional prévio (partidos, sindicatos, sistema eleitoral, muitas associações profissionais) e atacou severamente, alterando-as, outras instituições (o Judiciário, as universidades). Os militares se arrogaram plenos poderes, romperam essencialmente com a Constituição e, com poucas exceções, excluíram os civis das posições principais do Estado. Todas essas características levaram o regime argentino muito próximo das formas de totalitarismo.³⁰ O nacionalismo extremado e a política externa agressiva também aproximaram o regime argentino das formações totalitárias. Tal combinação de nacionalismo e militarismo quase levou a uma guerra com o Chile, em 1978, e conduziu à guerra com a Inglaterra, em 1982.

O regime argentino diferia marcadamente do brasileiro quanto ao projeto econômico. Inspirado pelas políticas monetaristas ortodoxas de "Chicago", o regime tentou criar uma economia inteiramente dominada pela lógica do mercado e aberta ao mercado internacional. O regime promoveu o desenvolvimento da indústria militar e nuclear, mas, em todos os outros aspectos, suas políticas econômicas redundaram em fracasso. Após uma queda temporária

³⁰ Sobre essa questão, ver de Corradi, Juan, "The Mode of Destruction: Terror in Argentina", *Telos*, 54, inverno, 1982-1983, pp. 61-76. Sobre as características que definem os regimes totalitários, ver de Linz, "An Authoritarian Regime: Spain" e "Totalitarian and Authoritarian Regimes" (citados).

das taxas de inflação, dedicou-se à desarticulação da economia. A produção industrial entrou em queda a especulação floresceu, quantias maciças de capital deixaram o país, e o padrão de vida declinou.³¹

Quando chegaram ao poder, os militares argentinos detinham apoio considerável, devido ao precedente vazio de poder e à crise econômica. Conquistaram ondas espetaculares, mas efêmeras de apoio, com suas aventuras militares de 1978 e 1982, e o breve ascenso econômico de 1978 a 1980 também atraiu algum apoio. Após a emergência da crise econômica em 1980, houve um declínio drástico desse apoio, levando o governo à tentativa para se legitimar com a Guerra das Malvinas—Falklands.

A derrota militar frente à Inglaterra produziu uma drástica erosão do apoio político, levando às eleições de outubro de 1983. Em contraste com o regime brasileiro, o argentino se revelou incapaz de criar um partido eleitoralmente competitivo. Enquanto o regime argentino excedeu muito nos níveis de terror e violência, ambos os regimes controlaram muitos aspectos da vida política e social e tornaram-se notórios internacionalmente pelo emprego da tortura.³²

De modos diferentes, os dois regimes militares tentaram reformular a cultura política num sentido mais autoritário. O regime brasileiro encorajou conscientemente a passividade e a desmobilização política, e teve bastante êxito em manter esse efeito por um longo período. Reforçou os padrões autoritários numa ampla gama de relações sociais, inclusive no sistema educacional. A repressão sobre os movimentos populares resultou no reforço ao temor da

contestação à autoridade e à hierarquia. O governo militar também tentou modificar parcialmente as identidades políticas. Esse esforço ficou bastante claro na tentativa de reestruturação do sistema partidário. Finalmente, o regime destruiu em parte o conhecimento e a consciência das práticas e procedimentos democráticos.

O regime argentino fez tentativas muito mais radicais de modificação da cultura política precedente. O nível de terror colaborou para reforçar relações de autoridade extremamente hierarquizadas — do sistema escolar elementar às universidades, dos locais de trabalho às prisões; nenhuma relação poderia ser mais desigual que a existente entre o torturador e o prisioneiro; o exemplo mais extremado das relações hierárquicas da autoridade aconteceu nos campos de concentração. Embora o exemplo seja extremado, a psicologia social da imposição de uma obediência absoluta à autoridade difundiu-se por toda parte. Todas as formas de comportamento "não-conformistas" foram sujeitas à punição: homossexualismo, cabelos compridos masculinos, barbas e bigodes, calças compridas entre as mulheres, casais que vivessem juntos sem serem casados, etc. O regime aboliu formas de comunicação pública normativa e instalou um sistema de terror que tornou difícil até o ato simples de fazer amigos. A desconfiança e o medo difundiram-se nas interações sociais extrafamiliares, das empresas particulares às instituições públicas.

O regime tinha atitudes ambivalentes acerca da mobilização. De um lado, tentou destruir os padrões anteriores de mobilização, considerados "egoístas"; de outro lado, flertava com mobilização de estilo fascista, particularmente durante a gestão de Galtieri. Quis implantar uma cultura política mais nacionalista e militarista, baseada nos valores do machismo, heroísmo e patriotismo. Tentou também destruir as identidades políticas anteriores mais importantes, tendo como alvos especialmente os sindicatos e os partidos. Finalmente, assim como o regime militar brasileiro, mas também sob formas mais extremadas e conscientes, tentou destruir a preocupação e a consciência democrática.

³¹ Sobre o regime militar argentino de 1976-1983, ver de Duhaide, Eduardo, *El Estado Terrorista Argentino*, Buenos Aires, 1983; O'Donnell, Guillermo, "Argentina: La cosecha del miedo," in *Alternativas*, 1, 1983; Landi, Oscar, "Competuras Políticas sobre la Argentina Post-Malvinas," *Revista Mexicana de Sociología*, 44, 1982; Rouquié, Alain (org.), *Argentina Hoy*, Buenos Aires, Siglo XXI, 1982; Waldmann, Peter e Wladetz, Ernesto Garzon (orgs.), *El Poder Militar en la Argentina, 1976-1981*, Buenos Aires, Galerna, 1983.

Um dos dilemas levantados pela transição à democracia é como transformar as culturas políticas semidemocráticas. Os governos militares podem ter exacerbado certas tendências autoritárias da cultura política. E, embora os regimes militares já não estejam no poder, os valores que garantiram apoio à administração autoritária não desapareceram repentinamente. De fato, é possível supor que o longo prazo dos regimes autoritários reforçaria aspectos autoritários da cultura política.³¹

Ao mesmo tempo, um tema central deste ensaio é o de que os novos movimentos sociais desafiam e contra-

³¹ O impacto dos regimes autoritários sobre a cultura política tem sido pouco estudado na América Latina, mas há alguma evidência sugestiva de que governos autoritários de longo prazo influenciaram a cultura política na Europa. Por exemplo, José Maria Maravall argumentou que quatro décadas de autoritarismo na Espanha cultivaram a apatia e a passividade política. De modo similar, R. D. Putnam enfatizou o impacto duradouro do fascismo sobre diversos aspectos da cultura política italiana, inclusive um impacto sobre a tolerância e a confiança política. Maravall, J. M., *The Transition to Democracy in Spain*, Nova Iorque, St. Martin's Press, 1982, pp. 75-117; Putnam, R. D., *The Beliefs of Politicians: Ideology, Conflict and Democracy in Britain and Italy*, New Haven, Yale Univ. Press, 1975]. Ainda que seja importante conhecer o impacto de longo prazo dos regimes autoritários sobre diferentes aspectos da cultura política, não se deveria subestimar a durabilidade de alguns elementos da vida política. Muitos regimes autoritários, como os do Cone Sul da América Latina nos anos 70, tentaram reestruturar profundamente as identidades políticas. Ainda é cedo para avaliar a influência desses regimes altamente repressivos, sobre os muitos aspectos dos valores e do comportamento dos cidadãos, mas os regimes militares da Argentina, do Chile e do Uruguai, todos fracassaram desalentadoramente nos seus esforços para esmagar o sistema partidário anterior. Na Argentina, os dois partidos principais desde 1946 conquistaram 82% dos votos nas eleições presidenciais de 1983. No Uruguai, os dois partidos tradicionais (Azules e Colorados) dominaram a vida política à medida que se processava a liberalização. Arturo e Samuel Valenzuela argumentam que, à medida que haja uma transição no Chile, o sistema partidário tenderá a mostrar forte continuidade e considerável semelhança ao que existia antes de 1973. (Valenzuela, A., e Valenzuela, J. S., "Party Oppositions Under the Chilean Authoritarian Regime", *Wilson Center Working Paper*, 125, 1983). Sobre ponto semelhante, ver Lipset, Seymour Martin, e Rokkan, Stein, "Cleavage structures, Party Systems and Voter Alignments", in Lipset and Rokkan (orgs.), *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*, Nova Iorque, Free Press, 1967. Somente no Brasil, o regime autoritário modificou de modo significativo o sistema partidário anterior.

põem-se às tendências autoritárias, no âmbito dos valores e do comportamento político.

Cinco movimentos sociais

As comunidades eclesiais de base (CEBs) da Igreja Católica encontram-se em muitos países da América Latina, mas são mais fortes no Brasil, sendo o mais antigo estabelecido destes novos movimentos. As CEBs surgiram primeiramente no início dos anos 60, em resposta à tentativa da Igreja para criar vínculos mais eficazes com as classes populares. Nesta época, principalmente nas áreas rurais, sacerdotes progressistas que não podiam estar presentes cada domingo, em todas as comunidades que lhes cabia atender, começaram a encorajar seus paroquianos a reunir-se para atividades religiosas em grupos comunitários de aproximadamente vinte pessoas. Estas atividades focalizavam leituras da Bíblia e reflexões sobre a realidade social do local. A segunda Assembléia Geral da CELAM (Conferência Episcopal da América Latina), reunida em Medellín, Colômbia, em 1968, afirmou serem as CEBs um das inovações mais promissoras da Igreja latino-americana. As CEBs tornaram-se conhecidas por sua abordagem pedagógica, que enfatiza a participação, a comunidade e ideais igualitários. Durante o período mais repressivo do regime militar brasileiro (1968-1974), foram as CEBs virtualmente as únicas organizações populares capazes de desenvolver perspectivas políticas críticas. As CEBs são numericamente as mais difundidas, dentre os movimentos que estudamos aqui; algumas estimativas mencionam a existência no país, no início dos anos 80, de 80.000 comunidades, reunindo dois milhões de pessoas. As CEBs ajudaram a transformar o catolicismo brasileiro. As comunidades são muito heterogêneas, conforme a região do país, a realidade local e a Igreja local. Embora a grande maioria dos participantes tenha uma consciência política relativamente rudimentar, as CEBs desempenham um papel principal na política brasileira. Tornaram-se também o centro da controvérsia acerca do

papel político da Igreja latino-americana.³³ Na Argentina existem poucas CEBs, porque a Igreja Católica daquele país é a mais conservadora da América Latina.

Dentre os movimentos sociais brasileiros, as CEBs tiveram o maior impacto nacional e receberam maior atenção internacional. Numa sociedade que tradicionalmente marginalizou os setores populares, as CEBs representaram um novo espaço, em termos de práticas democráticas participativas. As CEBs foram no início parte do esforço da Igreja para criar comunidades e encorajar a responsabilidade dos leigos. Somente quando a repressão política tornou-se maior (1968-1974), fechando outros canais de mobilização popular, é que as CEBs começaram a assumir significado político.

As associações de moradores não são recentes na História do Brasil, algumas datam dos anos 40 ou antes.³⁴ No entanto, desde 1974 algumas associações mudaram, até o ponto de assemelhar-se aos novos movimentos sociais. Em geral, as associações atuais mantêm um grau maior de autonomia em face do Estado e das relações tradicionais clientelistas, enfatizando mais que no passado as relações humanas e comunitárias. Há diferenças significativas entre as associações de moradores das classes populares e aquelas de

³³ Sobre as CEBs, ver de Mainwaring, Scott, *The Catholic Church and Politics in Brazil, 1976-1985*, Stanford Univ. Press, 1986; Brunau, Thomas, "Basic Christian Communities in Latin America: Their Nature and Significance (Especially in Brazil)", in Levine, Daniel (org.), *Churches and Politics in Latin America*, Beverly Hills, Sage Publ., 1979, pp. 111-134; Frei Betto, *O que é Comunidade Eclesial de Base*, São Paulo, Brasiliense, 1982; Boff, Clodovis, *Comunidade Eclesial*, Comunidade Política, Petrópolis, Vozes, 1979; Gregory, Alonso Felipe e Ghisleni, Maria, *Changes e Desafios das Comunidades Eclesiais de Base*, Petrópolis, Vozes, 1979; Torres, Sergio e Eagleson, John (orgs.), *The Challenge of the Basic Christian Communities*, Maryknoll, Orbis, 1981.

³⁴ Entre os melhores trabalhos sobre as associações de moradores estão os de Moisés, "Experiência de Mobilização Popular em São Paulo", in *Sing, at Urbano*; R. Cardoso, "Movimentos Sociais Urbanos" (já citados), e Organização ligadas à Igreja", mimeo, outubro de 1979.

bairros de classe média. As primeiras freqüentemente surgem de CEBs existentes no mesmo bairro, demandando serviços urbanos básicos, como água encanada, eletricidade, transporte, postos de saúde, escolas, etc. As associações mais inovadoras das classes médias interessam-se por superar as barreiras tradicionais da comunicação e encorajam novos padrões da interação social. Também se interessam por problemas ecológicos, tais como o acesso a alimentos mais naturais e mais baratos.

A Argentina também teve uma história de associações de moradores durante certos períodos (especialmente 1970-1974), mas estas eram muito politizadas, por suas ligações com o Partido Peronista. Tais associações foram severamente reprimidas pelo regime militar.

De modo geral, as associações de moradores são o movimento mais distante, dentre os que estamos considerando, do tipo ideal de "novo" movimento social. Mas devemos repetir que há uma grande dose de heterogeneidade entre as associações. Um número limitado de associações de classe média orientaram-se para o desenvolvimento de um senso de vizinhança e para as dimensões afetivas da vida, sem a preocupação de obter bens materiais do Estado. Estas são as associações mais próximas ao tipo ideal de um novo movimento, muitas associações, cujo objetivo principal é extrair recursos do Estado, estão mais próximas do paradigma dos movimentos antigos.

O movimento de mulheres tem uma longa história no Brasil, mas recebeu uma influência especificamente feminista a partir de meados dos anos 70. As primeiras líderes do movimento tinham nível universitário, e muitas vezes haviam vivido no exterior, trazendo uma influência estrangeira para o movimento. Após um período inicial, de poucos e pequenos coletivos, concentrados em São Paulo e no Rio de Janeiro, o movimento começou a expandir-se, produzindo alguns periódicos de pequena circulação mas com influência significativa. No final dos anos 70 o movimento se estendeu a todas as cidades maiores do país. Apesar de sua dificuldade para atingir amplos setores da população, o

movimento ajudou a criar relações mais democráticas dentro das esquerdas, e entre a maioria dos círculos intelectuais.³⁵ Ao passo que as CEBs e associações de moradores derivaram sua influência a partir do número de seus participantes, o movimento feminista tem influenciado a vida política e social do país através de recursos de elite, como os partidos políticos, os meios de comunicação e as instituições culturais.

Desde o final dos anos 70, um dos objetivos principais do movimento feminista tem sido o de fortalecer seus vínculos com as classes populares. As feministas da classe média reconheceram que numa sociedade de grande pobreza, o feminismo não se podia traduzir diretamente ao mundo das classes populares. Ao mesmo tempo, viram que o questionamento da dominação masculina tem importância para as mulheres das classes populares, considerando-se as relações tradicionais de gênero. A tentativa de estabelecer ligações com os setores populares tem enfrentado muitas dificuldades. Há profundas barreiras de comunicação cultural e, em alguns casos, as mulheres das classes populares têm rejeitado os ideais feministas, em especial aqueles ligados à família. Não obstante estas tensões, tem havido alguma comunicação entre as feministas e dirigentes femininas populares. Elas têm trabalhado juntas em congressos e, em *shows* de TV, as mulheres mais intelectuais têm sido capazes de penetrar no mundo das classes populares. Como os demais movimentos, o feminista é internamente heterogêneo, com alguns elementos mais próximos do tipo de cultura política

³⁵ Os primeiros periódicos, *Brasil Mulher* (Londrina), e *Nós Mulheres* (São Paulo) foram publicados na segunda metade dos anos 70. Em 1981, *Mulherio* (São Paulo) passou a surgir a cada dois meses e com alto padrão intelectual. Entre as obras mais significativas sobre feminismo e política no Brasil estão as de Schmink, Marianne, "Women in Brazilian Abertura Política", in *Sigis: Journal of Women in Culture and Society*, outubro de 1981; Blay, Eva, "A Participação das Mulheres na Redemocratização: Aspectos das Eleições de 1982" (Congresso da ANPOCS, 1983); Singer, Paul, "O Feminino e o Feminismo" in Singer e Brandt (orgs.), *São Paulo: O Povo em Movimento* (citado), pp. 109-142.

liberal democrática, e outros mais próximos da democracia radical.

Na Argentina, um debate embrionário foi iniciado sobre o tema do feminismo, no início dos anos 70. Mas a militarização da esquerda impediu a emergência de um movimento feminista autônomo. Durante o regime militar tornou-se impossível qualquer forma de movimento social crítico, inclusive o feminista. As condições para um movimento feminista mais forte parecem agora possíveis sob o governo Alfonsín. A campanha de 1983 e os resultados eleitorais, com uma maioria do voto feminino para Alfonsín, indicaram alguma evidência de superação do estilo político machista.

As associações ecológicas tiveram algum impacto nos dois países, apesar do número relativamente menor de participantes. O movimento começou no Brasil nos inícios da década passada, com o surgimento de comunidades rurais de classe média, dedicadas a estilos de vida simples e saudáveis. A maior parte dos membros dessas comunidades eram jovens, frustrados com a baixa qualidade da vida nas áreas urbanas e com a repressão política dos meios de expressão. As associações desejavam criar novos vínculos com a natureza e, embora algumas fossem relativamente tradicionais quanto às relações humanas, outros romperam com as normas dominantes no Brasil. O movimento ecológico passou a crescer nas áreas urbanas já no final dos anos 70, e no início dos 80 surgiram alguns periódicos e associações a nível nacional. A principal preocupação do movimento tem sido a denúncia da devastação do ambiente natural produzida pelo processo de industrialização e a introdução do debate dos valores pós-materialistas. O movimento conta com número reduzido de participantes, tendo até o presente um impacto limitado nas políticas públicas.³⁶ As

A exceção mais notável foi a habilidade do movimento ecológico para transformar a questão da maciça derrubada da mata amazônica, num debate político de âmbito nacional. Sobre isso ver de Santos, Roberto, "Para Deter a Calamidade, ou uma Alternativa ao Projeto Oficial sobre

questões ecológicas tendem a permanecer subordinadas, numa sociedade em que as questões básicas da sobrevivência permanecem centrais para a maioria da população. Não obstante, o movimento ecológico colocou novos temas na agenda da sociedade; e, considerando o seu caráter internacional, bem como os sérios problemas de poluição existentes no Brasil, as chances de crescimento do movimento são muito grandes.³⁷

As associações ecológicas surgiram, na Argentina, durante o regime militar. O movimento focalizava os problemas de saúde e estilo de vida, e considerava-se "apolítico" devido à severa repressão. O colapso do regime autoritário permitiu a rápida politização e crescimento do movimento.³⁸

O movimento ecológico dos dois países deve ser diferenciado do movimento ambientalista, que focaliza questões mais específicas, relacionadas à preservação e conservação do meio ambiente, tais como a poluição, proteção de florestas, conservação do solo, etc. O movimento ecológico partilha destas preocupações acerca do ambiente natural, mas também propõe e pratica formas alternativas de or-

³⁷ "A Floresta Amazônica", in *Encontros com a Civilização Brasileira*, 23, maio de 1980, pp. 65-86; e Clara Pandolfo, "A Floresta Amazônica Brasileira: Enfoque Econômico Ecológico", Belém, SUDAM, 1978.

³⁸ Um artigo excelente sobre os vínculos entre a questão ambiental e os diferentes modelos de desenvolvimento é o de Cardoso, Fernando Henrique, "Perspectivas de Desenvolvimento e Meio Ambiente: O Caso do Brasil", in *Encontros com a Civilização Brasileira*, 20, fev. 1980, pp. 31-70.

³⁹ "A revista *Pensamiento Ecológico* apareceu em 1979 (São Paulo) e atingiu 20 números publicados em fins de 1983. Representa a ala mais inovadora do movimento. *Comunidades*, representando o setor mais tradicional, começou sua publicação em 1981. Em meados de 1982, o grupo "Desobedeça", inspirado pelos partidos ecológicos europeus, organizou-se no Partido dos Trabalhadores (PT), em São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Nas eleições de novembro de 1982, o ecologista Lilia Vieira foi eleito deputado estadual no Rio de Janeiro.

⁴⁰ "A revista *Mutancia*, expressiva dos pontos de vista ecológicos, começou a publicar-se em 1980 (Buenos Aires). Ao final de 1983, haviam sido publicados 17 números, tendo a revista iniciado a promoção de debate acerca da criação do Partido Verde.

ganização social. O movimento ecológico, em geral, tem levantado questões sobre as formas de interação humana, as relações com o trabalho e outras questões do estilo de vida.

O movimento tem-se diferenciado ao redor de diferentes critérios. Alguns setores são mais inovadores, enquanto outros são mais atrasados e tradicionais, com uma perspectiva romântica. Os primeiros, usualmente ligados às esquerdas, são de tipo experimental e criticam as relações sociais tradicionais. Uma segunda diferenciação separa as comunidades urbanas das rurais. Finalmente, algumas comunidades são mais isoladas, enquanto outras interagem mais. As últimas claramente têm mais capacidade potencial para influenciar a cultura política e os padrões de interação. As comunidades que interagem ocupam-se geralmente mais dos problemas da pobreza material e da política autoritária.

Ainda que o movimento ecológico seja fortemente influenciado pelo movimento ecológico internacional, há também algumas diferenças. O movimento brasileiro e argentino enfrenta os dilemas ocasionados pela tarefa de enfrentar os problemas ecológicos em sociedades que ainda detêm níveis consideráveis de pobreza. Isto levanta questões sobre os vínculos com as classes populares e sua necessidade de *aumentar* (em lugar de diminuir) os níveis de consumo. O padrão de cooperação e conflito entre o movimento ecológico e as classes populares é um tema importante que devemos pesquisar no futuro.

As organizações da defesa dos direitos humanos têm sido os mais importantes dentre os movimentos sociais argentinos. Tanto quanto os movimentos feminista e ecológico, as organizações argentinas de defesa dos direitos humanos incluíam um número pequeno de pessoas de classe média. Surgiram em resposta direta ao terrorismo de Estado do regime pós-1976, especificamente à prática generalizada de sequestro e ao desaparecimento de indivíduos, usualmente mantidos em campos de concentração, tortura e assassinato. O movimento mais conhecido foi o das Mães da Praça de Maio, de mães de vítimas desaparecidas, que se manifestavam todas as quintas-feiras em frente ao palácio

do governo, para protestar contra o terrorismo de Estado. Esses movimentos permaneceram isolados por vários anos, e a discussão dos direitos humanos não se difundiu até após o debacé da Guerra das Malvinas. De fato, por muito tempo tiveram um impacto bem maior fora que dentro da Argentina, Adolfo Perez Esquivel, diretor do Serviço de Justiça e Paz, ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 1980. Com o colapso do regime militar, essas organizações encorajaram um debate político nacional acerca do terrorismo de Estado, dos direitos humanos e das vítimas desaparecidas.

O movimento de direitos humanos foi um produto direto da natureza do regime e a tentativa mais importante para desafiar e limitar o regime no seu âmago — o terrorismo de Estado. A novidade do movimento foi o caráter absoluto não negociável, de sua demanda principal: a proteção dos direitos humanos, especialmente do direito à vida. Tal demanda entrou em contradição com um Estado dedicado a determinar a quem deveria ser consentida a vida. Sem o apoio internacional às organizações de direitos humanos na Argentina, o Estado poderia — e provavelmente lograria — destruí-las. Portanto, os limites do terror de Estado foram, em parte, estabelecidos pela comunidade internacional, à qual o regime aspirava integrar-se, particularmente devido à internacionalização da economia. O regime militar foi muito bem-sucedido na aniquilação da maioria dos seus adversários, inclusive os "subversivos" (na definição abrangente do regime) e os partidos políticos, mas ao fazê-lo criou um novo desafio e adversário. As organizações dos direitos humanos se tornaram a memória e a consciência inegociável de uma demanda pelo direito à vida, que o Estado tentava destruir. Enquanto os demais movimentos sociais não tentaram desafiar frontalmente os regimes autoritários, a razão de ser das organizações de direitos humanos era opor-se à lógica do terrorismo estatal. Os demais movimentos sociais não constituíram uma ameaça imediata e direta aos regimes militares — ainda que na Argentina a definição dos "subversivos" fosse tão ampla que incluía

qualquer movimento social. Em consequência o movimento de direitos humanos entrou imediatamente no debate macrosocial acerca da natureza do regime político. Assim, um movimento com relativamente poucos participantes teve um impacto internacional significativo, e tornou-se o desafio principal a um regime com capacidade imensa de controle sobre a sociedade civil.³⁹

Um grande número de instalações foi importante na defesa dos direitos humanos no Brasil durante os anos 70, inclusive a Comissão Justiça e Paz da Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Movimento Feminino pela Anistia. Embora as demandas por direitos humanos destas organizações fossem consistentes com aquelas dos movimentos sociais, não tiveram um impacto tão grande como na Argentina. São notáveis as diferenças entre as CEBs, o movimento social mais significativo do Brasil, e o movimento de direitos humanos na Argentina. Enquanto as organizações de direitos humanos incluíam um número limitado de pessoas, principalmente de nível universitário, as CEBs são um movimento de massas, construído entre as classes populares. O movimento de direitos humanos denunciava o terrorismo de Estado, enquanto as CEBs fundamentalmente desaprovam o elitismo e autoritarismo das relações sociais brasileiras, e apenas secundariamente criticavam o regime político autoritário. Em contraste com as organizações argentinas de direitos humanos, as CEBs apenas indiretamente, e após um certo tempo, começaram a desafiar o regime autoritário. Portanto, as razões da importância das CEBs diferem marcantemente do caso argentino; elas desafiam e elitismo social brasileiro e tornaram-se uma influência principal sobre a Igreja Católica internacional.

³⁹ O Serviço de Justiça e Paz começou a publicar em 1983 a revista *Justicia y Paz*. Sobre a importância das organizações de direitos humanos, ver, de Gomes, José M., *Derechos Humanos, Política y Autoritarismo en el cono Sur* (no prelo).

Ainda que todos estes movimentos tenham algumas características comuns, a discussão acima indica que há também diferenças marcantes. É importante diferenciar os movimentos conforme o seu impacto público (significativo ou não), sua base social (classes populares ou setores médios), número de participantes e o país em que são mais fortes.⁴⁰ A tabela seguinte sumariza estas dimensões de uma forma reconhecivelmente esquemática:

Movimento	Impacto nas políticas públicas	Base social	Nº de participantes	País
CEBs Associações de moradores Feminismo Ecologia	limitado limitado	Populares e médias médias médias	massivo pequeno	Brasil Brasil
Picetos humanos	marcante	médias	pequeno	Argentina Argentina

Além disso, há outra diferença essencial. Todos os movimentos têm alguns líderes capazes de discutir a natureza global e os objetivos de seu próprio movimento, articulando uma visão sofisticada da sociedade e de sua transformação — inclusive uma consciência da importância do movimento no Ocidente contemporâneo. Em contraste, a maioria dos participantes de base está preocupada com objetivos mais específicos, de curto prazo, mais locais e mais imediatos — faltando-lhe uma visão política elaborada. Os membros da base podem rejeitar a política tradicio-

⁴⁰ Alguns estudos sobre os movimentos sociais, inclusive as formulações influentes de Castells, não chegaram a diferenciá-los satisfatoriamente. Por exemplo, movimentos das classes populares e médias são considerados nas mesmas categorias. Para uma crítica que insiste em considerar as diferenças de classes, ver Machado e Ziccardi (citado).

nal, a ponto de evitar a participação política. A diferença entre a liderança e os participantes de base é mais aguda nas CEBs, onde alguns assessores são intelectuais sofisticados. A maior parte dos membros tem visões relativamente rudimentares da sociedade, não tem muita consciência do conjunto do movimento e não entendem os mecanismos de poder ao nível da sociedade. O movimento feminista é o mais homogêneo dos cinco movimentos; quase todas as participantes são de nível universitário e têm consciência não apenas dos problemas imediatos mas também do processo geral de mudança da sociedade.

Condições de emergência dos movimentos

Os novos movimentos sociais surgiram há relativamente pouco tempo, a partir de 1964 no Brasil e desde 1976 na Argentina. Sua emergência e desenvolvimento vinculam-se aos fracassos de três das culturas políticas internas destes países — o autoritarismo de esquerda, o autoritarismo de direita e o populismo —, bem como ao estímulo internacional proporcionado pela cultura política radical. Mais especificamente, apesar das diferenças entre os movimentos, quatro condições comuns ajudam a entender sua emergência e seus valores: as consequências políticas adversas em que surgem, sob os regimes militares, a crise da esquerda tradicional; o questionamento do estilo político populista anterior nos regimes militares; e o desenvolvimento dos novos movimentos sociais no hemisfério norte, especialmente na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Nesta seção discutiremos o modo com que estes quatro fatores contribuíram para criar as condições de surgimento e desenvolvimento dos novos movimentos sociais brasileiros e argentinos.

Tanto no Brasil como na Argentina, em agudo contraste com os casos europeus, os novos movimentos sociais surgiram sob regimes autoritários. Apesar das diferenças salientes dos regimes militares brasileiro e argentino, nos dois países a experiência autoritária foi um fator principal para a emergência e organização dos novos movimentos.

Ambos os regimes realizaram uma ruptura na vida política, limitando os canais disponíveis à oposição e à expressão política. Os dois países tiveram experiências prévias de mobilização popular, de organização relativamente livre dos partidos políticos.⁴¹ de liberdade de imprensa e atividade intelectual. Sob os regimes autoritários, as instituições políticas tradicionais foram suprimidas ou ao menos grandemente restringidas. Os dois regimes limitaram severamente a mobilização popular, a liberdade de imprensa e todas as formas de oposição política, durante os períodos mais repressivos. Na Argentina, os partidos políticos foram suspensos legalmente, e na prática proibidos de funcionar, e no Brasil os únicos partidos permitidos foram ambos criados pelo regime militar. Houve um sentimento generalizado de empobrecimento da vida política, devido às experiências anteriores de mobilização destas sociedades, quando passaram a sofrer as restrições impostas pelo autoritarismo. Tal sentimento foi especialmente agudo na Argentina, devido à severa repressão contra todas as formas de comportamento não convencional. Em combinação com a impossibilidade de atuação política sob formas tradicionais, que encorajava novas formas de sociabilidade, o empobrecimento da existência social estimulou a reflexão sobre dimensões diferentes da vida social (comunidades, relações de gênero, etc.), que se tornaram preocupações centrais dos novos movimentos sociais.

Os novos movimentos responderam ao duplo fechamento do espaço social e político, tentando encontrar formas de proteção contra os abusos do autoritarismo, e novas formas de sociabilidade. Os movimentos incluíam tanto um lado defensivo, de resposta aos regimes autori-

⁴¹ Ambos os países tiveram uma exceção importante. Na Argentina, os peronistas, que foram por décadas o partido majoritário, estiveram na ilegalidade na maior parte do período de 1955-1973. No Brasil, o Partido Comunista foi declarado ilegal desde 1947. Em contraste com o Brasil, a Argentina teve algumas eleições (1946, 1973, 1983) em que nenhum partido foi declarado ilegal. Mas no Brasil os partidos afastados da legalidade não eram tão massivos na Argentina.

tários — mais claramente expressa nas organizações argentinas de direitos humanos —, como uma tentativa de encontrar novas dimensões de vida associativa. Tentaram recuperar algo dos espaços "perdidos" no estreitamento da sociedade civil, mas também buscaram criar alguns novos espaços. Neste sentido, a supressão de certos direitos tradicionais levou a uma redefinição e expansão da consciência dos direitos humanos. Assim, enquanto na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, os novos movimentos buscaram conquistar novos direitos através da expansão da democracia, no Brasil e na Argentina tentou-se enfrentar o poder dos regimes autoritários e descobrir novas formas de sociabilidade que não fossem reprimidas pelo Estado. Nas sociedades ocidentais avançadas os novos movimentos buscaram expandir um conjunto de direitos basicamente aceitos e institucionalizados. No Brasil e Argentina, tentaram reconquistar direitos tradicionalmente existentes e também lutar por novos direitos.

Um segundo elemento principal que ajuda a compreender a emergência dos novos movimentos sociais nestes dois países é a crise da esquerda tradicional sob os regimes militares.⁴² Entre 1945 e 1964 a esquerda brasileira desempenhou um papel significativo na vida intelectual, cultural e política do país. Após o golpe de 64, no entanto, ocorreu um processo de reforço mútuo entre a repressão do regime e a radicalização da esquerda. Em dezembro de 1968, o regime militar incrementou de modo drástico a repressão contra a esquerda. A esquerda iniciou então um rápido processo de fragmentação interna, com setores crescentes, passando a apoiar estratégias de guerrilha. A esquerda isolou-se crescente e gradualmente da sociedade civil,

⁴² As seguintes observações sobre a esquerda baseiam-se nas reflexões europeias sobre o leninismo, no debate sul-americano sobre os erros da esquerda leninista e em nossa pesquisa sobre as mudanças na esquerda dos dois países. Reconhecemos o caráter controverso desta caracterização, mas afirmamos antecipadamente que se apóia em um grande número de casos de pessoas, previamente envolvidas em organizações leninistas.

sofrendo contínuas derrotas num período de vários anos. No primeiro semestre de 1973 já havia sido destruída, através do aniquilamento físico, da prisão, do exílio e da desmoralização. Muitos dos sobreviventes desta repressão tornaram-se líderes de novos movimentos sociais nos anos 70.⁴³

Na Argentina, a esquerda desempenhou um papel menos significativo até o final dos anos 60, quando se tornou participante crucial da oposição ao regime militar, e no questionamento dos padrões generalizados de autoridade na sociedade. A esquerda desempenhou papel ainda mais proeminente nos governos de Campora—Lastiri — Perón (1973—1974). Após a morte de Perón em 1974, o regime tornou-se crescentemente autoritário, num contexto de aguda polarização. Em 1975 a guerrilha urbana torna-se uma das mais poderosas da História mundial contemporânea, mas tomara-se isolada politicamente. Nos dias finais do governo de Isabel Perón, a violência alcançou proporções endêmicas, passando a esquerda a sofrer uma série de derrotas decisivas. O regime militar que tomou o poder em março de 1976 continuou e aprofundou o terrorismo de Estado contra a esquerda, estendendo o terror a outros setores da sociedade civil. As duas organizações maiores do movimento guerrilheiro já estavam derrotadas no final de 1976.⁴⁴

⁴³ Para uma evolução das várias facções da esquerda brasileira, ver entre outros Moraes, Denis e Viana, Francisco (orgs.), *Partidos, Lutas e Ações Políticas*, Petrópolis, Vozes, 1982; Vinhas, Aloísio, *O Partido*, São Paulo, Hucitec, 1982; Pomar, Wladimir, *Argentina: O Partido e a Guerrilha*, São Paulo, Brasil Debates, 1980; Kondrat, Leandro, *A Democracia e os Comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1980; Poetner, Arthur José, *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; Heibert José de Souza, "Belinho", in Pedro Ceão Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos (orgs.), *Memórias do Exílio: Brasil, 1964—1977*, São Paulo, Livramento, 1978; Alfred Sukis, *Os Combatentes: Memórias da Guerrilha Perdiada*, São Paulo, Global, 1980.

⁴⁴ Entre os fatores mais importantes acerca da evolução da esquerda argentina nos anos 70, estão: Viola "Democracia e Autoritarismo na Argen-

Um pequeno setor de esquerda do dois países sempre manteve ideais e práticas democráticas liberais, mas, especialmente sob os regimes militares, predominou uma tendência para concepções e práticas mais autoritárias. A esquerda marxista tinha atitudes ambivalentes ou negativas acerca da democracia política, considerada como formalismo burguês. Alguns setores buscaram usar as instituições democráticas de modo instrumental, para chegar ao poder, enquanto outros as consideravam um obstáculo, já que ocultavam os "verdadeiros" mecanismos de dominação. Esta rejeição da democracia resultou da socialização política, onde as instituições democráticas eram fracas, e deixaram de solucionar os problemas sócio-econômicos de parte da população, e também da tradição leninista, que geralmente descartava a democracia política como formalismo sem importância, quando comparado às questões sócio-econômicas. Uma reavaliação da democracia política tornou-se patente nas eleições de 1974, na Argentina, com a reorganização dos partidos políticos logo após a derrota das Malvinas.⁴⁵

A esquerda dos dois países também tem uma tradição de elitismo e uma concepção vanguardista da política. Considerava que o sistema social produz formas de alienação ocultadoras da verdade acerca da sociedade e que apenas um número limitado, uma elite, seria capaz de

tina Contemporânea" (citado); Gillespie, Richard, *Soldier of Perón: Argentina's Montoneros*, Oxford, Clarendon Press, 1982; Waldman, Peter, "Anomia Social y Violencia", in Rouquié (org.), *Argentina hoy* (citado), pp. 206—248.

⁴⁵ A reavaliação da democracia política no Brasil é discutida por Ilievich Lamounier, "Representação Política: A importância de certos Formalismos", in Lamounier, B., Welfort, Francisco e Benevides, Maria Vitória (orgs.), *Direito, Cidadania e Participação*, São Paulo TAQ, 1981, pp. 232—257; e por Pickenham, Robert, *Interpretations of Brazilian Politics* (no prelo). Entre as obras de maior importância, de conhecidos líderes da esquerda, sobre a questão da democracia, estão as de Coutinho, Carlos Nelson, *A Democracia como Valor Universal*, São Paulo, Ciências Humanas, 1980; e Kondrat, *A Democracia e os Comunistas no Brasil* (citado).

desvelar os mecanismos de dominação, liderando o processo revolucionário. As próprias organizações revolucionárias eram extremamente hierarquizadas, tanto como resultado das suas necessidades de funcionamento clandestino, como de sua visão de mundo. Especialmente no Brasil, as concepções elitistas acerca das classes populares tiveram como contrapartida um distanciamento flagrantemente das mesmas classes.⁴⁶

Parte da esquerda dos dois países tem uma tradição de militarismo e violência. Para esta parte da esquerda a violência era um meio para chegar ao poder; mudanças políticas eram vistas como reformismo burguês. Em ambos os países, além disso, existia também a concepção guevarista-maoísta de que a violência pode ajudar a criar uma nova humanidade. Na Argentina, a veneração pelo poder purificador da violência chegou ao extremo, reforçada pelas concepções direitistas, que igualmente idealizavam a violência.

A esquerda tradicional dos dois países tinha uma concepção estatista da política e tendia a desvalorizar os movimentos sociais. O objetivo da ação política era o Estado, que seria o instrumento para transformar a sociedade. No âmbito econômico, a esquerda sustentava a abolição da propriedade privada e o monopólio da propriedade pelo Estado. O fortalecimento do Estado nacional era visto como meio de luta contra o imperialismo.

Finalmente, os valores machistas também predominavam na esquerda tradicional. Quando chegava a aparecer a questão da dominação masculina, era considerada uma contradição "secundária", que se necessitava subordinar à luta contra o capitalismo, e que desapareceria de algum modo, inerente à vitória da revolução. O culto do herói, a veneração da violência e as formas extremamente hierar-

⁴⁶ Na Argentina, a guerrilha gozou de apoio popular significativo entre os anos de 1970 e 1974, tendo penetrado nas organizações populares entre 1972 e 1974.

quizadas de organização contribuíram para formar um estilo organizativo excepcionalmente machista. Embora um número significativo de mulheres participasse nas organizações, tinha em geral um *status* inferior, e seu progresso na organização dependia da adoção de valores machistas.

Os novos movimentos sociais, tanto no Brasil como na Argentina, responderam à crise e aos valores autoritários da esquerda tradicional. Os fracassos da esquerda forçaram setores progressistas dos dois países a reexaminar se a revolução leninista era tanto viável como desejável, enquanto caminho para a mudança social. A desalentadora derrota militar de esquerda e sua incapacidade de atrair apoio popular conduziram a uma reavaliação profunda dos seus métodos de atuação política. A violência não apenas não deturpou a ordem capitalista, nem atraiu apoio popular, mas também conduziu à destruição da própria esquerda. Junto à revisão dos métodos de mudança social surgiu uma reavaliação crítica dos problemas das sociedades socialistas. Na medida em que os novos democráticos radicais emergentes refletiam sobre o tipo de sociedade possível e desejável, tornaram-se mais críticos dos elementos elitistas, repressivos e tecnocráticos da revolução leninista. Esta tendência foi reforçada pelo questionamento internacional do marxismo e do comunismo. A esquerda da Europa Ocidental começou a criticar o marxismo de modo crescente, e os esforços de resistência, na Europa Oriental, contra a dominação comunista chamaram a atenção para os efeitos adversos dos sistemas marxistas-leninistas. Passou-se a rejeitar o paradigma revolucionário da esquerda tradicional como inviável e indesejável, embora o paradigma liberal tradicional fosse considerado insuficiente. O paradigma que emergiu foi o de uma revolução democrática e respondeu ao novo compromisso com a transformação da vida social e da ordem política por meios pacíficos. Partes da esquerda argentina e brasileira permaneceram tradicionais ou semidemocráticos; outros converteram-se ao liberalismo ou tornaram-se apolíticos; e muitos tornaram-se líderes do novo paradigma democrático radical.

Um terceiro fator que ajuda a explicar a emergência e orientação dos novos movimentos foi o fracasso dos estilos políticos populistas em ambos os países. Nos dois, embora em extensão diversa, os novos movimentos sociais reagiram à tradição populista. O populismo tal como entendemos aqui refere-se à mobilização heterônoma das classes populares. Esta mobilização é dirigida e controlada por líderes carismáticos que utilizam o apoio popular para seus próprios fins políticos. Os regimes políticos populistas, dos quais os governos de Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina, são os exemplos mais notados, são uma forma de manifestação do populismo. Tais regimes, incorporando as massas ao sistema político de modo controlado, não têm compromisso com a democracia política, mas não a destroem necessariamente. São fortemente nacionalistas, particularmente ao nível simbólico. No Brasil, a tradição populista é particularmente poderosa, e difundiu-se por toda a rede das relações sociais. Ainda que o populismo rejeite o autoritarismo tradicional, e se declare uma resposta às demandas populares, mesmo assim reflete e perpetua o elitismo social e as enormes distâncias entre as elites e as classes populares.⁴⁷

A crise e colapso dos regimes populistas conduziu tanto a esquerda como a direita a novas perspectivas. Na direita passaram a predominar ideologias e práticas mais explicitamente autoritárias, e o fracasso do populismo levou grande parte da esquerda a uma crescente radicalização. Entretanto, outros setores da esquerda — identificados com os novos movimentos sociais — reagiram de modo diferente ao fracasso populista, desenvolvendo as perspectivas que discutiremos a seguir. Especialmente no Brasil, onde o populismo autoritário ressurgiu com marcada sobrevivência, tornou-se também um adversário principal dos novos movimentos sociais. Os novos movimentos rejeitaram

esta tradição de populismo autoritário. No entanto, existem também alguns elementos populistas mais progressistas enfatizando um estilo rousseauísta de democracia direta. Tem havido alguma convergência entre estes populistas radicais e os novos movimentos sociais.

O quarto fator principal que ajuda a entender a emergência dos novos movimentos sociais é o desenvolvimento de movimentos semelhantes na Europa e nos Estados Unidos. Os novos movimentos do Brasil e da Argentina participam de um fenômeno de âmbito mundial e têm recebido influências dos movimentos europeus e norte-americanos. Estes movimentos emergiram nos Estados Unidos como consequência dos movimentos estudantis do final dos anos 60. Tanto lá como na Europa, tais movimentos cresceram durante a década de 70. Os movimentos estudantis feminista, anti-nuclear, ecológico e das minorias — e, na Europa Oriental, as organizações de direitos humanos — alinharam-se entre os mais importantes. Tais movimentos enfatizam as relações pessoais, questionam as relações objetivas e subjetivas de autoridade e (na Europa) buscam formas de transformação social que rejeitam tanto o paradigma capitalista como o socialista. Nestes aspectos, os movimentos novos diferem do movimento socialista que predominara antes. Em outros países, o desenvolvimento dos movimentos sociais dos anos recentes conduziu à criação de novos partidos políticos, entre os quais o Partido Verde da Alemanha Federal é o mais conhecido e influente.

Estes novos movimentos no hemisfério norte influenciaram o surgimento e desenvolvimento dos movimentos do sul. Tal influência tornou-se especialmente visível nas organizações de direitos humanos, devido à semelhança de situações, e nos movimentos feministas e ecológicos, porque muitos ativistas do sul estiveram algum tempo exilados no norte. Os novos movimentos sociais do Brasil e da Argentina participam de fortes redes internacionais — mas, ao contrário do marxismo internacionalista, rejeitam um princípio organizacional fortemente centralizado e hierarquizado e enfatizam a coordenação e o intercâmbio de experiên-

⁴⁷ Acerca da tradição populista, ver de Weffort, Francisco, *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; e Lactau, Ernestio, *Populism and Ideology in Marxist Theory*, Londres, NLB, 1977.

cias igualitárias, entre unidades locais. Os líderes dos movimentos do sul adquirem um perfil internacional, viajam muito e chegam a influenciar os movimentos do norte. Os movimentos do norte geralmente têm uma perspectiva global e preocupam-se em desenvolver a solidariedade com o sul; e os líderes sulinos tratam de encorajar o hemisfério norte e envolver-se mais nas questões do relacionamento norte/sul. Tem havido também influências recíprocas, na reflexão sobre o sentido da vida e acerca dos novos caminhos para a transformação social. As influências recíprocas do Brasil e da Argentina com o hemisfério norte são mais fortes, devido a suas ligações históricas com a cultura ocidental.

No caso das CEBs, a natureza do vínculo internacional é especialmente importante e marcadamente diferente dos vínculos internacionais dos outros movimentos. O surgimento das CEBs é parte das mudanças internacionais da Igreja Católica. Sem o desenvolvimento de novas concepções teológicas, enfatizando as conexões entre a fé e a justiça social, e encorajando uma maior participação dos leigos, as CEBs seriam impensáveis. Ao mesmo tempo, entretanto, é necessário notar que o caráter internacional da Igreja Católica não resulta em iniciativas pastorais semelhantes em todos os países. De fato, as Igrejas brasileira e argentina evoluíram de modo muito diverso. No Brasil, já no final da década de 60, o objetivo principal das mudanças consistia no trabalho pastoral com as classes populares, particularmente através das CEBs, cujo surgimento vinculou-se à ênfase internacional nas teologias mais progressistas e na maior autonomia dos leigos. Na Argentina, em contraste, a ênfase principal das mudanças foi levantada por um movimento de sacerdotes radicais, conhecido como o Movimento de Sacerdotes do Terceiro Mundo. Esta organização identificou-se com a esquerda peronista no início dos anos 70, e muitos participantes eventualmente apoiaram a luta de guerrilhas. O movimento sofreu isolamento crescente dentro da Igreja e uma severa repressão política.

que afinal o desbaratou.⁴⁸ A radicalização deste movimento foi um dos fatores que conduziram à hierarquia da Igreja argentina a posições crescentemente conservadoras, culminando com seu apoio ao regime militar. Assim, enquanto no Brasil a Igreja produziu alguns dos mais importantes movimentos dedicados à transformação da sociedade, na Argentina ela transformou-se numa das colunas de sustentação mais significativas para os militares.

Apesar do fato de que os movimentos sociais foram parte de uma rede internacional, há diferenças entre os movimentos argentinos e brasileiros mais importantes. Os movimentos americanos e europeus. Tais diferenças refletem as situações culturais, econômicas e políticas de seus países e regiões respectivos. Na Argentina, e especialmente no Brasil, a pobreza e a desigualdade social permeiam problemas relevantes para esses setores da população. Ademais, os dois países se caracterizam pelo autoritarismo social, e por tradições políticas muito menos estabelecidas que na Europa e nos Estados Unidos.

Tais diversidades de situação geraram espécies diferentes de movimentos. Especialmente na Europa, os novos movimentos sociais se consideram parte de uma cultura "pós-materialista". Este pós-materialismo está no âmago de sua autodefinição e inclui várias dimensões, como o anticonsumismo, estilos de vida, preocupações ecológicas e novas formas de relacionamento humano. Os movimentos do Brasil e da Argentina partilham perspectivas semelhantes sobre o relacionamento humano, mas diferem ao redor da dimensão anticonsumista. O movimento ecológico encarou o problema do consumo excessivo e dos estilos de vida simplificados como problemas centrais, do mesmo modo que na Europa e nos Estados Unidos.

⁴⁸ A fonte principal acerca deste movimento é Dodson, Michael, "Religious Innovation and the Politics of Argentina: A Study of Priests for the Third World", dissertação de Ph. D., Universidade de Indiana, 1979. Sobre as conexões com a esquerda peronista, ver também Mugica, Carlos, *Peronismo y Crístitianismo*, Buenos Aires, Metlín, 1973.

Em menor medida, os movimentos feministas e de direitos humanos também demonstraram preocupação com valores pós-materialistas. Nas CEBs e associações de moradores populares, no entanto, o problema básico é o oposto: de como consumir o suficiente para sobreviver. Nem mesmo os líderes desses movimentos encararam a questão dos valores pós-materialistas, ainda que tenham geralmente críticas aos padrões de consumo das sociedades industriais avançadas. Embora as CEBs e associações populares de moradores não possam ser identificadas com as estratégias desenvolvimentistas, orientadas para o consumo, elas não fazem parte tampouco das tendências pós-materialistas. Este tema simplesmente não surge entre elas. Por outro lado, os movimentos sociais do Brasil e da Argentina têm-se ocupado mais com as liberdades civis básicas e com a igualdade sócio-econômica do que os movimentos do hemisfério norte. Enquanto nos movimentos do norte a questão nuclear tornou-se um foco central, levantando o problema da sobrevivência mundial, no sul a questão da sobrevivência imediata continua a receber prioridade, e o debate sobre a energia nuclear e o armamentismo não chegou tão longe.

Os valores dos novos movimentos sociais

Nesta seção discutiremos alguns dos valores dos novos movimentos sociais. Queremos enfatizar a necessidade de explorar com mais profundidade vários pontos importantes, vinculados ao caráter problemático da coerência (e conflito) entre os valores, em cada um dos movimentos. A seção focaliza os valores encontrados na maior parte dos movimentos, embora os vários movimentos ponham ênfases particulares em valores diferentes principais. Alguns destes valores são mais fortes no Brasil, outros na Argentina; alguns estão mais presentes entre movimentos das classes populares, outros entre movimentos das classes médias. Além disso, tem havido também conflitos entre os diferentes movimentos, como, por exemplo, o conflito entre

as CEBs e o movimento feminista sobre as questões do aborto e do divórcio. As feministas frequentemente criticam os valores tradicionais, partilhados pela maioria das mulheres das CEBs, acerca da família, do divórcio e do aborto. Por outro lado, muitas mulheres das classes populares, participantes em associações de moradores ou nas CEBs, consideram que o feminismo levanta questões "de classe média", de pequena importância relativa para as suas próprias vidas.

Finalmente, os valores dos novos movimentos sociais não são absolutamente inovadores, e alguns movimentos têm tido precursores. Os movimentos às vezes caem em padrões políticos tradicionais ou têm líderes que se identificam com os partidos da esquerda autoritária ou do liberalismo tradicional. O que é novo acerca destes movimentos sociais, portanto, é o fato de que incorporam em movimentos previamente fracos ou inexistentes valores que anteriormente eram também debéis ou ausentes do cenário político.

Apesar da grande heterogeneidade existente entre os cinco movimentos, consideramos que partilham alguns valores importantes. Talvez a característica mais notável que liga todos os movimentos seja sua forte ênfase nas práticas democráticas e participativas. Esta ênfase perpassa os níveis diversos da realidade social, dos processos internos aos grupos, à realidade local e ao regime político. Os movimentos valorizam graus elevados de participação nas decisões internas e buscam bases consensuais de decisão (em contraste com a busca de uma maioria simples). Rejeitam as relações elitistas e hierarquizadas, valorizam a solidariedade e preferem a expressividade pessoal, em lugar das relações instrumentais, favorecendo a cooperação em lugar da competição. Nas CEBs esta solidariedade e cooperação se manifestam na ênfase ao respeito aos diferentes pontos de vista e através dos projetos de trabalho comunitário. Este padrão representa uma diferença da norma prevalecente nas classes populares, já que a maior parte das famílias camponesas vive geralmente isolada; e nas áreas urbanas, os padrões de solidariedade coexistem com grandes obstáculos ao estabe-

lecimento de formas continuadas de comunicação e organização.⁴⁹

No movimento ecológico, a busca de relações cooperativas tem assumido a forma de tentativas de vida comunitária. O movimento rejeita a visão do tempo prevalente entre a classe média, que se liga à produtividade, e valoriza as relações interpessoais. O movimento feminista criou coletivos e grupos de mulheres, semelhantes aos existentes na Europa e nos Estados Unidos, e enfatiza o intercâmbio pessoal. Todos estes movimentos enfatizam a dimensão afetiva da existência.

Em contraste com o padrão geral de liderança autoritária, manifesta no populismo, no autoritarismo de direita ou no vanguardismo de esquerda, os novos movimentos sociais valorizam as relações de igualdade social. Tentam desenvolver a liderança de *animadores* e superar a liderança dos *dirigentes*. O animador estimula a ação e mobilização popular autônoma. A lógica do movimento social não é preestabelecida pelas orientações da liderança. O *animador* respeita e valoriza a lógica do movimento e tenta estabelecer uma relação de reciprocidade e respeito entre os membros do movimento.⁵⁰ Em contraste, o *dirigente* tenta controlar a natureza da mobilização popular e orientá-la para os seus (dele) objetivos. O dirigente crê na tecnocracia e na liderança especializada.

A atitude do movimento para com os líderes é permeada por uma tensão permanente inevitável, que se pode descrever como um conflito — entre liberdade (regras estabelecidas autonomamente, ordem (regras estabelecidas

⁴⁹ O tema dos padrões de isolamento e solidariedade entre as classes populares foi tratado por muitos cronistas sociais, inclusive Leeds, Anthony e Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978; Perlman, Janice, *The Myth Marginality: Urban Poverty and Politics in Rio de Janeiro*. University of California Press, 1976; Ortiz, Renato, *A Consciência Fragmentada*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

⁵⁰ O articulador mais conhecido destas posições é Freire, Paulo, *Pedagogy of the Oppressed*, Nova Iorque, Herder and Herder, 1970; e *Educação como a Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

heteronamemente) e anarquia (anomia) — enfrentado por todo o qualquer movimento social inovador. Movimentos progressistas tratam de reordenar as relações sociais para maximizar a liberdade através de regras autonomamente estabelecidas, mas esta busca produz freqüentemente um temor à ruptura das normas sociais que conduza à anomia. Apesar dos esforços para desenvolver a liderança dos *animadores*, líderes carismáticos proporcionam a resposta quando o movimento necessita de alguma estabilidade. Nas CEBs, por exemplo, a tentativa de outorgar mais responsabilidade aos líderes leigos tem às vezes resultado na aparição de "minipadres" líderes leigos tão dominadores quanto os sacerdotes de antes. Como enfatizava Max Weber, novos movimentos sociais surgem freqüentemente em razão de líderes carismáticos, cuja autoridade deve ser então questionada, se é que o movimento deve chegar a criar aquela espécie de relações sociais igualitárias que alegava buscar.⁵¹

Embora os novos movimentos sociais realizem esforços sinceros para desenvolver novas formas de liderança menos autoritárias e diretivas, seria um engano subestimar as diferenças existentes entre os líderes e as bases dos movimentos. Isto é especialmente relevante para as organizações das classes populares no Brasil.

Em todos os movimentos sociais a ênfase na democracia participativa conduziu à valorização da realidade e da comunidade local. Os grupos pequenos autônomos são o foco central de sua vida associativa. Esta ênfase nos grupos pequenos ao nível local ocasiona atitudes ambivalentes acerca das organizações centralizadas e burocratizadas de

⁵¹ Sobre a capacidade dos líderes carismáticos para promover estabilidade, ver Moscovici, Serge. *L'Age des Foules*, Paris, Fayard, 1981. Acerca das tendências dos líderes leigos para desenvolver hábitos de dominação, ver Hooznaert, Eduardo, "Comunidades de Base: Dez anos de experiência", in *Revista Eclesiástica Brasileira*, 38, 1978, pp. 474-502; e Costa, Beatriz da, "Para analisar uma prática de educação popular", *Cadernos de Educação Popular*, 1, 1981, pp. 7-48. Quanto a Weber, ver especialmente *The Theory of Social and Economic Organization*, Nova Iorque, Free Press, 1964, pp. 358-392.

De modos diferentes e em diversa medida, os movimentos têm enfatizado os direitos humanos. Sob um regime em que o direito à vida era determinado pelo Estado, as associações de direitos humanos rejeitaram o terrorismo, tanto de direita como de esquerda. Tornaram-se "apolíticos", no sentido de uma compreensão da defesa dos direitos humanos, que os situa acima da política. Consideraram este direito à vida como absoluto, não sujeito à negociação política, nem limitável pela coerção estatal, seja através da tortura, prisões ou invasões domiciliares arbitrárias. As CEBs também enfatizaram o direito à vida, ainda que de uma perspectiva diferente, enfocando principalmente as necessidades econômicas, a proteção contra a brutalidade policial que tem sido tão comum no Brasil e o direito ao trabalho. Estes direitos parecem mais próximos à ênfase marxista nos direitos sócio-econômicos, mas as CEBs diferem da concepção marxista por sua ênfase nas dimensões afetivas da vida e por perceberem a importância dos direitos políticos.

Há uma rejeição do militarismo vinculada à ênfase nos direitos humanos. Os militares são vistos como responsáveis por abusos autoritários, condizentes a uma sociedade injusta, que perpetua a violência. Na maioria dos casos, o próprio surgimento destes movimentos relaciona-se à oposição aos regimes militares, que tentaram militarizar as sociedades respectivas. Há uma oposição drástica entre os valores militares e os destes movimentos.

Ainda que diferentemente, e às vezes de modo contraditório, todos os movimentos questionaram os valores do machismo. Em geral, tal questionamento foi mais longe no movimento feminista, no qual existe como foco central. A maioria dos membros do movimento ecológico também questiona as relações tradicionais entre os gêneros e enfatiza uma divisão igualitária do trabalho e oportunidades iguais para ambos os sexos. Embora o tema das relações homem/mulher surja em razão do compromisso com um estilo de vida diferente, na rejeição à dependência, no serviço doméstico, o movimento ecológico foi mais *lógico* que

o movimento feminista. A massiva presença das mulheres nas organizações de direitos humanos ocasiona um reflexo sobre a questão, embora não como foco central do movimento. Mesmo quando muitos participantes não tentaram questionar conscientemente os valores machistas, a predominância feminista influenciou a psicologia social da oposição ao terrorismo de Estado. Em países onde as mulheres têm sido tradicionalmente dependentes e subordinadas, os movimentos realizaram pronunciamentos políticos completamente autônomos da presença masculina. Na ameaça onipresente da repressão e da morte, as mulheres tornaram-se conhecidas por sua coragem e heroísmo marcantes, que enfrentaram dramaticamente os heróismos tradicionais, vinculados à violência e aos valores machistas, antes que à afirmação da vida e da presença feminina.

As associações de moradores e as CEBs também desafiaram as relações homem/mulher, apesar de suas contradições internas. As CEBs são parte de uma organização patriarcal, e as mulheres das classes populares brasileiras estiveram sempre sujeitas a uma extrema subordinação à masculinidade. As participantes femininas das associações de moradores e das CEBs não participam dos movimentos feministas e questionam os ideais feministas. Não obstante, os movimentos rejeitaram a violência contra as mulheres, e insistiram sobre os direitos destas para saírem de casa e participarem das associações comunitárias e das CEBs. O papel de liderança que as mulheres têm assumido nestes últimos movimentos demonstrou o potencial de sua atuação, numa arena pública que tem sido tradicionalmente de domínio exclusivo masculino.

Os movimentos incorporaram valores que questionam o sentido básico da vida — ainda que nem todos os participantes sejam capazes de articular este fato. Eles enfatizam a comunidade, a amizade e a sociabilidade, e as dimensões afetivas da vida. Os movimentos sociais introduzem as dimensões afetivas da existência na discussão sobre as necessidades humanas. Assim fazendo, desafiam as noções convencionais das necessidades humanas, tanto no âmbito libe-

ral como entre os marxistas. A noção liberal focaliza principalmente a necessidade das liberdades e supõe que, através da iniciativa pessoal e dos mecanismos de mercado, a maioria dos indivíduos resolve seus problemas básicos. A noção marxista focaliza as necessidades sócio-econômicas, argumentando que as necessidades principais da vida são materiais, sendo as demais questões secundárias. Os movimentos sociais *não* rejeitaram nenhuma das duas nações, mas as incorporaram, buscando superá-las através da inclusão das dimensões afetivas da vida.

Esta concepção das necessidades humanas tem conseqüências para a democracia e a teoria democrática. A concepção liberal da democracia enfatiza a proteção do Estado (democracia política), enquanto a noção marxista sublinha a esfera sócio-econômica (democracia social). Senhores dos novos movimentos sociais buscam tanto a democracia social como a política. Isto é o que os faz participar na corrente democrática radical, que tenta expandir os direitos democráticos.

Os novos movimentos também levantam questões importantes acerca da natureza de uma boa ordem social. Aqui é também elucidativo o contraste com o liberalismo e o marxismo convencionais. O liberalismo considera a questão do sentido da vida como assunto individual: o importante é assegurar que o Estado não se imponha à consciência individual. Por isso, é essencial uma ordem política democrática que garanta as liberdades individuais. É dentro desta ordem que o indivíduo pode determinar os seus objetivos e realizá-los. A teoria marxista subordina a questão do sentido da vida à ênfase nas necessidades sócio-econômicas básicas. A teoria marxista em geral supõe que uma revolução reestruturadora da ordem sócio-econômica resolverá também as questões fundamentais sobre o significado da existência. Os novos movimentos sociais questionam que qualquer ordem política — democracia liberal ou socialismo — possa resolver as necessidades básicas afetivas.

Apesar das tendências apolíticas de muitos participantes, muitos líderes dos movimentos têm uma perspectiva

política mais sofisticada. Estes articulam uma visão de mudança social radical, que rejeita tanto o capitalismo como o comunismo. Criticam o capitalismo por seu fracasso em resolver as necessidades materiais básicas, por sua tendência a gerar grandes desigualdades sociais no Terceiro Mundo, e por sua tendência a promover um *ethos* individualista. Mas enfatizam as liberdades individuais, rejeitando o comunismo como sistema estatista e totalitário. Os líderes comprometem-se com o pluralismo e, ainda que não prescrevam nenhuma organização sócio-econômica particular, frequentemente apóiam a pequena propriedade e promovem cooperativas e formas participativas de administração e controle. Também criticam a ênfase leninista na violência como meio de transformação social. A um nível metafísico, os líderes dos movimentos consideram, que a não-violência não implica a rejeição do ativismo político, e muitos assumiram a liderança de manifestações de não-violência ativa. Em sociedades onde a política era convencionalmente canalizada, seja pela legalidade seja pela violência, alguns líderes introduziram a desobediência civil como expressão de dissidência. Os movimentos não-violentos ativos sustentam a justiça como princípio anterior à lei, quando leis específicas são consideradas injustas.

Os teóricos dos novos movimentos sociais criticam o imperialismo. Neste aspecto há uma continuidade com a esquerda tradicional, mas nesta o antiumperialismo associava-se ao estatismo e ao nacionalismo, ideologias à que os líderes dos novos movimentos se opõem. Os movimentos deslocam a preocupação principal, dos efeitos econômicos do imperialismo para os efeitos culturais da dependência; os movimentos valorizam as culturas autóctones. A esquerda tradicional focalizava principalmente o imperialismo norte-americano e secundariamente o da Europa Ocidental, considerando em geral a União Soviética positivamente.³³ Em contraste, os intelectuais dos novos movimentos so-

clais, embora críticos dos Estados Unidos, também criticam a União Soviética, e geralmente encontram alguns aspectos positivos na Europa Ocidental. O questionamento do nacionalismo decorre do fato de que os movimentos não consideram o Estado-nação como a unidade mais importante da vida social.

A rejeição do capitalismo e do comunismo e o compromisso com a transformação não-violenta colocam os líderes dos novos movimentos sociais na tradição dos "terceiros caminhos", dos quais a Igreja Católica tem sido o advogado mais consistente. No entanto, embora segmentos significativos da hierarquia católica tradicionalmente ussem este discurso de modo relativamente conservador, como ideologia anticomunista, a maioria dos líderes dos novos movimentos está comprometida com a transformação social radical. Tal busca por um terceiro caminho à transformação social situa os novos movimentos do Brasil e da Argentina numa rede internacional, cujos exemplos mais significativos incluem o Partido Verde, da Alemanha Federal, o movimento Solidariedade, da Polónia, o Partido Radical Italiano e o ecologismo escandinavo.

A rejeição do comunismo e do capitalismo é clara, mas os líderes dos novos movimentos são mais vagos acerca de como promover a mudança social, e mesmo sobre as características da sociedade que esperam construir. O "terceiro caminho" inclui uma rejeição do autoritarismo socialista da esquerda tradicional, mas não há clareza sobre as propostas positivas de mudança social. Os novos movimentos desafiam aspectos da dominação autoritária, mas é bem menos clara a sua capacidade para construir uma nova sociedade.

Dois problemas, um relacionado à forma de sociedade que se deseja e outro aos meios para encorajar a mudança social, ilustram o caráter nebuloso de algumas propostas dos novos movimentos. Um dos aspectos fundamentais da organização social em qualquer sociedade são as relações de propriedade. Embora os democráticos radicais rejeitem as formas predominantes de propriedade nas sociedades ca-

pitalistas e socialistas, não sustentam uma posição clara ou consensual acerca das relações de propriedade que desejam. Os líderes dos movimentos em geral apóiam a descentralização e enfatizam freqüentemente a autogestão. Mas tratase de propriedade privada, cooperativa ou estatal? Aqui há menos acordo. E que dizer da questão da eficácia, que levou à criação de organizações enormemente centralizadas?

A questão sobre os meios de promoção da mudança social introduz também o problema da atitude ambivalente dos movimentos sociais para com o Estado. Sem descartar a importância da ênfase no nível local e na participação de base, a ausência de uma proposta acerca de como transformar o Estado também supõe uma atitude vaga — e às vezes até uma paralisia — acerca dos métodos a serem usados na mudança política.

Todos os novos movimentos sociais enfatizarão a participação em meios diversos da vida política social, como um valor fundamental da boa sociedade. Mas, de novo, não há uma clara concepção da democracia participativa sobre como obtê-la. Os intelectuais dos movimentos às vezes descartam esta crítica, argumentando que os movimentos sociais e políticos inovadores nem sempre podem definir todos os elementos do seu projeto. Ainda que este argumento tenha certa validade, também apresenta problemas.

Em qualquer tentativa de construir a democracia participativa, as relações entre as formas de democracia direta e representativa requerem uma atenção cuidadosa. Considerando as tradições autoritárias do Brasil e da Argentina, bem como os limites da democracia representativa, não é de surpreender que os movimentos sociais não tenham nem ao menos considerado este problema. Não obstante, há o perigo de que a ênfase na participação da comunidade e na realidade local leve a desconsiderar a importância das instituições representativas, que também têm seus limites, mas são indispensáveis para o avanço dos objetivos culturais e políticos dos novos movimentos sociais.

Em última análise, a capacidade dos movimentos para transformar a cultura política dependerá de sua eficácia

política e da luta política em seu conjunto. Pois, como sustentamos acima, o regime tem um impacto significativo sobre a cultura política. E isto levanta também a questão da habilidade dos movimentos para colaborar na formação de regimes democráticos, ainda que o seu impacto na cultura política não se reduza à questão da mudança do regime. Passamos agora a esta relação entre os movimentos sociais e a ordem política.

Impacto político e limites dos movimentos

Os movimentos sociais têm tido uma influência clara na criação de relações sociais mais democráticas e um efeito democratizador nas interações humanas, em sociedades onde as personalidades autoritárias têm usualmente predominado. Embora o debate do passado sobre a personalidade de democrática tenha-se restringido ao campo de psicologia, os movimentos ajudaram a criar uma consciência de que as interações humanas também têm um componente político. O seu impacto democratizante sobre as relações sociais é especialmente significativo no Brasil, onde os movimentos ajudaram a questionar o elitismo, este bastião essencial do autoritarismo. As organizações de direitos humanos da Argentina ajudaram a ampliar a tolerância nas relações sociais, contribuindo assim potencialmente para a criação de uma cultura política mais democrática.

Entretanto, a correspondência entre as relações sociais democratizantes e a criação de uma ordem política mais democrática não é clara.⁵⁴ Neste sentido, o desenvolvimento do movimento feminista nos Estados Unidos tem lições a oferecer. O movimento das mulheres cresceu du-

⁵⁴ A conexão entre este nível micro e as interações de nível macropolítico é um assunto importante, que demanda a maior consideração. Uma contribuição significativa é a de O'Donnell, Guillermo, "Democracia en la Argentina: Micro y Macro", in Ozlak, Oscar (org.), *Proceso, Crisis y Transición Democrática*, Buenos Aires, Centro Editor, 1984, pp. 13-30.

rante a última década e contribuiu para a democratização das relações sociais, mas a ordem política tornou-se mais conservadora, com algumas tendências autoritárias. O caso brasileiro esclarece que há uma conexão entre a esfera das relações sociais e a ordem política, mas tal conexão não é imediata.

Apesar do fato de que muitos participantes dos movimentos estão relativamente desinteressados dos partidos políticos, os movimentos têm, mesmo assim, influenciado os partidos dos dois países. No Brasil, os novos movimentos sociais retiraram legitimidade ao populismo autoritário, ao menos em termos do discurso político. Tradicionalmente, a ausência relativa de movimentos sociais autônomos permitiu que se usassem práticas e discursos populistas. O sistema partidário pluralista, surgido no início dos anos 80, distinguu-se, neste particular, do que existia antes de 1964. Hoje em dia, apesar da continuação das práticas populistas, até o partido do governo militar - PDS - necessita gerar um discurso com valores mais igualitários e democráticos.

O impacto dos movimentos sociais sobre os partidos tem variado conforme a região e o partido. Os movimentos têm sido mais fortes nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, onde ajudaram a construir um sistema partidário bem desenvolvido, com níveis razoáveis de participação. No Rio Grande do Sul, por exemplo, onde é mais forte o movimento ecológico, as preocupações ecológicas tornaram-se tema de debate entre os partidos políticos. Os movimentos tiveram seu menor impacto nas áreas rurais pobres, principalmente no Nordeste.

O partido político mais influenciado pelos movimentos sociais é o PT, que tem uma auto-imagem de incorporação de uma nova cultura política ligada intimamente aos movimentos. O PT foi influenciado por todos os quatro movimentos brasileiros que estudamos, tentando responder às suas demandas. Grande número das lideranças do PT participa ativamente nos movimentos, e a plataforma do partido enfatiza as suas demandas principais. Em São Paulo, onde o PT é mais forte, está ligado de perto com as

CEBs. Embora seja um partido pequeno, o PT tem tido grande influência no debate político brasileiro.⁵⁵

Ainda que de modo menos profundo, outros partidos têm sido também influenciados pelos novos movimentos sociais. O PMDB e o PDT também incorporaram algumas demandas dos movimentos em suas plataformas partidárias e tentaram ser mais sensíveis às reivindicações populares do que a maioria dos partidos do passado.

Na Argentina, as organizações de direitos humanos levantaram uma série de questões, que se tornaram centrais no debate partidário de 1983, e que estão no âmago da criação de uma cultura política mais democrática: direitos humanos, a questão dos "desaparecidos", tolerância para com a oposição política, não-violência, liberdades democráticas básicas. Dois partidos menores, o Partido Democrático Cristiano e o Partido Intransigente, concorreram em grande parte usando as bandeiras dos movimentos de direitos humanos, e o próprio presidente Alfonsín participou na periferia destes movimentos. Embora o seu partido, o Radical, permanecesse mais tradicional que os outros dois, a maior influência das organizações de direitos humanos sobre a vida pública deu-se justamente quando os radicais adotaram algumas de suas bandeiras na campanha eleitoral. Quando o regime militar caiu, em 1983, os atores políticos tenderam a deixar de lado temporariamente o facciosismo que os caracterizara no passado. A campanha e as eleições realizaram-se sem distúrbios, sendo o discurso sobre a importância das regras do jogo democrático mais forte que no passado, e enfraquecida a tendência a perceber os opositores eleitorais como inimigos. A campanha caracterizou-se por uma consciência auto-crítica, acerca da extensão do apoio oferecido pelo faccionismo aos regimes militares, e por um compromisso a evitar golpes militares no futuro.

⁵⁵ Sobre o PT, ver, de Keck, Margaret, "The Worker's Party and Democratization", dissertação de Ph. D., Univ. Columbia, 1985; e Moisés, José Álvaro, "PT: Uma Novidade Histórica", mimeo, 1980.

Finalmente, os novos movimentos sociais têm fortalecido outros movimentos da sociedade civil. No Brasil, as CEBs tornaram-se, em muitas regiões, o ponto de partida para o surgimento de associações de moradores. Tanto um como outro dos movimentos influenciaram o novo sindicalismo que surgiu em meados dos anos 70, em São Paulo. Muitos líderes do novo sindicalismo vieram das CEBs, e as concepções organizativas e políticas do novo sindicalismo receberam delas forte influência. Este novo sindicalismo, sem dúvida o mais significativo do Brasil, enfatiza a participação de base, fortalece a presença sindical no local de trabalho e favorece a democracia interna — temas surgidos anteriormente nas CEBs. Os debates nas CEBs sublinham a importância da atuação sindical e, durante as greves, as CEBs proporcionaram apoio organizativo e financeiro significativo.⁵⁶ As CEBs e outras organizações de base da Igreja, especialmente a Comissão Pastoral da Terra, têm também cooperado estreitamente com os sindicatos rurais da Amazônia e de partes do Nordeste.

Na Argentina, os novos movimentos sociais tiveram alguma influência sobre outros movimentos, ainda que de modo inicial. A Comissão de Justiça e Paz influenciou várias associações de moradores da Grande Buenos Aires e Córdoba — principalmente em Quilmes, onde apareceu uma estratégia de desobediência civil semelhante à adotada pela Comissão. As organizações ecológicas e de direitos humanos também ajudaram a inspirar uma cultura musical juvenil (com música *rock*) dedicada a valores pacíficos, logo após a Guerra das Malvinas. No entanto, o impacto potencial mais significativo dos novos movimentos sobre os demais poderá ocorrer no sindicalismo — que se caracteriza tradicionalmente pela indiferença à democracia política, uma organização interna autoritária, alta capacidade de

⁵⁶ Sobre o novo sindicalismo, ver, de Moisés, José Álvaro, "Qual é a Estratégia do Novo Sindicalismo?", in Moisés et alii, *Alternativas Populares da Democracia* (citado).

mobilização, vínculos difundidos com o Partido Peronista e uma orientação por interesses materiais imediatos de classe trabalhadora, independente dos custos políticos. Desenvolvendo temas surgidos nos movimentos sociais, a oposição à liderança sindical tradicional tem enfatizado a democracia interna, a rejeição à violência e a democracia como regime político.

Os movimentos sociais têm exercido já alguma influência ao encorajar valores democráticos, mas padecem também de limitações significativas. Os participantes destes movimentos são uma pequena minoria da população, em sociedades com tradições autoritárias solidamente estabelecidas. É uma questão aberta saber em que medida qualquer minoria será capaz de transformar a sociedade. Movimentos sociais que tentam democratizar a sociedade podem coexistir com a perpetuação do mecanismo de dominação autoritária. No Brasil, por exemplo, apesar do fortalecimento dos novos movimentos e da transição à democracia, muitos elementos da dominação elitista tradicional permanecem intactos. Somente em São Paulo e no Rio Grande do Sul, os valores democráticos penetraram na arena política; em ambos os estados estes valores são, ao menos em parte, resultantes dos novos movimentos sociais. Os dois estados têm um sistema partidário elaborado, sindicatos autônomos e uma elevada tendência associativa na sociedade política. Os outros estados do sul e do centro também desenvolveram uma cultura política mais democrática ainda que em menor grau. No entanto, continua a prevalecer na maior parte do país o padrão tradicional de dominação elitista e marginalização dos setores populares.⁵⁷

⁵⁷ Sobre o processo de liberalização e seus limites, ver, entre outros, Krischke, Paulo. (org.). *Brasil, do Milagre à Abertura*, São Paulo, Cortez, 1982; Moisés, José Álvaro, "Crise Política e Democracia: A Transição Difícil", *Revista de Cultura e Política*, 2, ago.-out. 1980, pp. 9-37; Velasco, e Cruz, Sebastião e Marins, Carlos E., "De Casillo a Figueredo: Incurso na Pré-História", in Velasco e Cruz et alii, *Sociedade e Política na Brasil Pós-64*, citado; Lamouier, Bolívar, "O Discurso e o Processo: Da Distensão às Opções do Regime Brasileiro", in Raitner,

Na Argentina, os novos movimentos (principalmente as organizações de direitos humanos) exerceram influência para promover mudanças políticas significativas a curto prazo. No entanto, não se pode determinar de antemão em que medida a Argentina desenvolverá uma cultura política mais estável. O regime militar foi deslegitimado mas os valores que corporificava — autoritarismo, militarismo, violência, homogeneização da sociedade, falta de tolerância por pontos de vista diferentes — não desapareceram. É possível supor que o regime militar afetou grandemente a formação dos valores sociais e políticos da população. O novo regime democrático é frágil e enfrenta muitos problemas difíceis; se prevalecem os padrões tradicionais de facciosismo, as tendências autoritárias latentes poderiam resurgir mais fortes que nunca.⁵⁸

A falta de preparo político de muitos participantes dos movimentos é a segunda limitação que estes enfrentam. Os movimentos às vezes desconhecem a complexidade que existe para traduzir práticas democráticas locais ao nível do Estado, onde há maior necessidade de especialização e eficácia. Eles geralmente não se dão conta de que, ao contrário de alguns modelos de democracia participativa, muitos indivíduos não estão interessados em participar. Ainda que os valores dos movimentos sejam claros, os modos de construção da nova sociedade são bem menos nítidos.

Esta falta de preparo pode conduzir a uma retirada da arena política e à ineficácia política. A questão da eficácia política torna-se particularmente aguda durante os perío-

Henrique, (org.) *Brasil 1990: Caminhos Alternativos do Desenvolvimento*, São Paulo, Brasiliense, 1979, pp. 88-120; sobre a continuidade das políticas altamente repressivas nas áreas rurais, especialmente a Amazônia, ver Marins, José de Souza, *Expropriação e Violência: A Questão Política do Campo no Brasil*, Petrópolis, Vozes, 1981.

⁵⁸ A possibilidade de resurgimento de um regime autoritário mais radicalizado ou totalitário é discutido por Gomez, José Maria, e Viola, Eduardo, em "Transición desde el Autoritarismo y Potencialidades de Inversión Democrática en la Argentina de 1983", in Oslak, Oscar (org.), *El Proceso, Crisis y Transición Democrática*, citado.

dos democráticos. Nos regimes autoritários, mesmos os movimentos relativamente pouco sofisticados podiam defender os direitos humanos e exercer um efeito democratizante. No entanto, com a abertura do espaço político, a questão de desafiar o regime autoritário transforma-se em outra, que é construir um sistema democrático. Os movimentos necessitam definir seu lugar em um sistema que permite a sua existência — o que não ocorria antes. Neste processo, novas questões emergem, como o papel dos partidos e os vínculos com outros movimentos. Neste ponto, a rejeição da política e a falta de sofisticação podem ser um limite muito grande.

Todos os movimentos sociais enfrentaram novos dilemas durante o processo de democratização.⁵⁹ A questão dos partidos políticos tende a ser divisionista junto aos movimentos por duas razões: a de saber quanta distância manter em relação aos partidos e a de qual partido apoiar. Com o ressurgimento dos partidos, os movimentos sociais enfrentam a questão de manter a sua autonomia ou de buscar participar em um dado partido. Se preferem manter a autonomia, surge a questão da eficácia política; e se decidem participar ativamente num partido (ou criar um novo, como ocorreu frequentemente na Europa), os movimentos são canalizados pelo partido e provavelmente cooptados. Surge então uma situação paradoxal: os novos movimentos incorporam valores democráticos, mas surgiram num contexto político autoritário, que continua a marcar sua re-

flexão política. O processo de democratização que apoiam cria as condições para a divisão e competição interna.

Os problemas gerados pela democratização podem ser exemplificados através das CEBs brasileiras e das organizações de direitos humanos argentinas. Nos períodos mais repressivos, as CEBs foram virtualmente as únicas organizações populares no Brasil. Apesar de suas orientações políticas relativamente rudimentares, tornaram-se parte essencial dos esforços da oposição para rearticular a sociedade civil, já que o regime considerava qualquer organização popular como uma ameaça. Com a liberalização política, este monopólio da organização popular desapareceu, resurgindo as associações de moradores, sindicatos e partidos políticos. As CEBs enfrentaram então o difícil problema de qual seria o seu papel na nova conjuntura política e especialmente as suas relações com os partidos, sindicatos e associações de moradores. Ainda que o seu discurso fosse de um compromisso com uma nova sociedade, as CEBs permanecem uma instituição eclesástica, que se apega a uma distinção entre política e religião. A questão, assim, tornou-se como encorajar a mudança política enquanto se preservava a identidade especificamente eclesial das CEBs. Em muitos países da Europa, movimentos cristãos mais tradicionais, enfrentando um dilema semelhante, optaram pela criação de um partido (Democrático Cristão, por exemplo). Esta opção foi descartada no Brasil e, ainda que o tema do partido se tenha tornado debate central das CEBs em 1981, não houve clara opção partidária.

⁵⁹ Parte importante da bibliografia sobre movimentos sociais enfatiza seu caráter cíclico ou potencial para o declínio. Olson, Mancur, *The Logic of Collective Action*, Cambridge, Harvard Univ. Press, 1985; Tilly, Charles, *From Mobilization to Revolution*, Reading, Mass., Addison-Wesley, 1978; Hirschman, Albert, *Shifting Involvements: Private Interests and Public Action*, Princeton Univ. Press, 1982; Boschi, "Movimentos Sociais e Institucionalização de uma Ordem" (citado). Entretanto, deve-se notar também que os novos movimentos sociais têm valores diversos (que já discutimos) e que poderiam produzir dinâmicas diferentes. O processo dos novos movimentos não deveria ser confundido com o de mobilização social. Como notam O'Donnell e Schmitter, é previsível o declínio da atividade social, após o período inicial de mobilização.

As organizações de direitos humanos na Argentina enfrentaram dilemas igualmente difíceis a partir do processo de democratização. Por causa do caráter difuso do tema dos direitos humanos, tais organizações detiveram um perfil surpreendentemente marcado nos dois primeiros anos do governo Alfonsín. No entanto, o futuro de muitas organizações de direitos humanos é uma questão aberta, já que sua existência ligava-se intimamente aos problemas específicos ocasionados pelo terror de Estado. Por exemplo, já que as Mães da Praça de Maio limitaram seu movimento

ao protesto contra o desaparecimento das vítimas e outros elementos do terrorismo estatal, parece provável o declínio do movimento. Uma exceção notável é o Serviço de Justiça e Paz, que, além de enfrentar o terrorismo de Estado, elaborou uma concepção de transformação social relevante para outras conjunturas políticas. O Serviço de Justiça e Paz tem uma estratégia de autonomia bem definida, com respeito aos partidos políticos. O Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) e a Assembléia Permanente de Direitos Humanos, que também atuaram na esfera dos direitos humanos, têm uma posição intermediária — nem uma estratégia desenvolvida e, a longo prazo como a Comissão de Justiça e Paz, nem uma visão de curto prazo como as Mães da Praça de Maio.

Particularmente entre os movimentos que têm uma visão política limitada, tanto o sucesso como o fracasso na obtenção dos objetivos imediatos podem enfraquecer o movimento. Por exemplo, uma associação popular de moradores, cujo único objetivo é conquistar luz elétrica, pode fechar-se bem-sucedida ou se liver os seus esforços continuamente frustrados. Movimentos dotados de visão política mais elaborada não são tão vulneráveis a este problema.

Apesar das limitações políticas dos novos movimentos sociais, eles têm tido importância *cultural*, tanto para os participantes, como na criação de um modelo ou estilo diferente de interação política. Sua importância política maior não será talvez por sua contribuição às lutas pelo poder, já que têm atitudes tão ambivalentes acerca do poder. Mas pode estar na sua rejeição da política tal como tem sido tradicionalmente praticada no Brasil e na Argentina. Em outras palavras, os movimentos sociais podem ser mais significativos porque desafiam a cultura política tradicional, e não por seu impacto direto no regime político — embora contribuam claramente para a deslegitimação dos regimes militares.

Esta observação leva-nos de volta a um problema difícil, colocado inicialmente na primeira seção deste trabalho: o impacto da cultura política no regime político. O desafio

que os novos movimentos levantam à cultura política tradicional não levará direta ou automaticamente a uma sociedade mais democrática, pois há muitos outros fatores que também intervêm neste processo. Não obstante, seria um erro, no sentido contrário, descartar como irrelevante o surgimento de movimentos sociais com valores mais democráticos. Os novos movimentos têm por certo limitações políticas, mas, como tentamos mostrar, influenciaram de modo concreto e significativo as lutas políticas.

Conclusão: os novos movimentos sociais e as perspectivas da democracia

Reportamos nesta seção às perspectivas futuras dos novos movimentos sociais, com respeito à transição democrática. Para fazê-lo, é relevante a discussão anterior sobre os autoritários de direita e de esquerda, os democráticos liberais, os semidemocráticos e os democráticos radicais. Com todas as ressalvas que mencionamos, partes significativas dos novos movimentos sociais são democráticos radicais. Está ocorrendo um debate sobre o conteúdo normativo da democracia durante o processo de democratização. O ponto crítico é saber quais as concepções de democracia que prevalecerão. Os novos movimentos sociais, como a maior parte do bloco democrático radical, poderiam promover os componentes participativos da democracia.⁶⁹

Durante os governos autoritários, havia uma convergência entre os democráticos liberais e radicais, no campo comum da oposição. Esta convergência não cristalizou imediatamente, mas à medida que os liberais se decepcionaram

⁶⁹ Em razão da derrota e transformação da maior parte da esquerda autoritária, a sua presença tem sido insignificante nas transições atualmente em curso. Por tanto, não discutiremos mais a questão da esquerda autoritária nas páginas que seguem. Não obstante, há alguma possibilidade de que os autoritários de esquerda ressurgam como atores significativos, especialmente na Argentina.

rais e radicais logram acomodar-se, mas de qualquer modo as mudanças seriam poucas. Os movimentos poderiam tornar-se fortes, mas teriam influência limitada sobre os partidos e poucas relações com outros movimentos. Este é o cenário suposto pela construção de uma democracia liberal—distinto do anterior, de uma democracia elitista conservadora.

A quarta possibilidade é que os radicais estabeleçam fortes alianças com os liberais, mas mantenham sua identidade autônoma e influenciem a identidade liberal num sentido progressivo. Neste cenário, os movimentos sociais existentes cresceriam e outros mais surgiriam, às vezes redefinindo-se de acordo com a evolução das lutas políticas e sociais. Esta alternativa supõe a marginalização relativa dos atores semidemocráticos. Este seria o resultado mais favorável, tanto para o fortalecimento e a identidade autônoma dos novos movimentos, como para a redefinição da democracia numa direção mais progressista. Esta possibilidade significaria um espaço social e político significativo para os movimentos, mesmo que não conquistassem todos os seus objetivos.

Recapitulando: sem mencionar o retrocesso, a possibilidade do segundo cenário significaria uma aliança entre os semidemocráticos e os liberais, e o terceiro, uma clara hegemonia destes últimos. Enquanto o quarto cenário implicaria uma aliança entre liberais e radicais; significaria a construção de uma democracia progressiva mais participatória.

Como já sugerimos, com respeito às limitações dos novos movimentos sociais, esta quarta alternativa enfrenta bloqueios significativos. As forças autoritárias e semidemocráticas permanecem poderosas em ambos os países. Isto significa que os movimentos sociais necessitam de um nível elevado de criatividade para formar uma aliança decisiva com os democráticos liberais. Este quarto modelo seria o dos países escandinavos. Mas, enquanto na Escandinávia ocorreu um processo demorado de eliminação dos elementos autoritários, antes que surgissem os novos movimentos,

no Brasil e na Argentina estes movimentos surgiram sob um período autoritário, cujos vestígios não desaparecerão repentinamente no processo de liberalização política.

Sublinhamos que o potencial dos novos movimentos sociais relaciona-se de perto com o potencial para a democracia nos dois países. Qual o resultado, então, que parece mais provável, tanto para os movimentos como para a democracia, em ambos os países?

No Brasil, os movimentos influenciaram a transição, porém de forma limitada. No Sul e Centro-Sul, especialmente nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, os movimentos sociais encorajaram mudanças da vida e da cultura política. Nestes estados, onde são mais fortes os novos movimentos, o estilo político que prevalece não é mais autoritário. Não obstante, as transformações custam a chegar ao nível federal. Os democráticos radicais não tiveram capacidade para penetrar o Estado, que é ainda um sistema altamente centralizado. A influência dos democráticos radicais será limitada, caso não demonstrem habilidade para realizar algum impacto ao nível federal. Em algumas áreas do país, não apenas os radicais, mas também os democráticos liberais permanecem fracos. No seu estágio inicial, o novo governo demonstrou algum desejo de continuar a tradição brasileira de coordenação e acomodação de alguns setores, enquanto preservava o sistema elitista.

Um processo de democratização plena no Brasil necessitará desafiar vários aspectos do sistema político. Primeiro, deve mudar o estilo e conteúdo da política econômica, num período em que o espaço de manobra é limitado, devido ao débito exterior, que aliado a uma taxa de inflação assustadora, constituiu-se um problema-agudo e que se torna urgente e, em face de umas das distribuições de renda mais regressivas do mundo. Segundo, as agudas distâncias regionais e de renda deverão diminuir. Terceiro, um processo de completa democratização necessitaria desafiar o padrão dominante do elitismo social. As enormes distâncias entre as massas marginalizadoras e os setores mo-

demizados e tecnocráticos da sociedade deveriam diminuir. Neste sentido, o processo de transição tem sido muito limitado, mesmo naqueles estados onde a oposição controla o governo estadual. Algumas incursões têm sido feitas contra o elitismo nos estados do Sul, mas o caráter limitado dos governos do PMDB sublinha a sobrevivência do sistema elitista. Finalmente, uma transição bem-sucedida necessitaria encontrar os meios para subordinar as Forças Armadas ao controle civil, as quais continuam a ser uma força política importante, com autonomia significativa.

Apesar de sua natureza essencialmente conservadora, a transição brasileira é ainda um processo em aberto. Não obstante, o espaço para os movimentos sociais e os democráticos radicais parece menor do que era no começo da década.

Dos quatro cenários descritos acima, o último é quase impossível de imaginar no Brasil, dada a intenção do novo regime de marginalizar os elementos radicais. A luta atual é para definir a combinação de elementos entre o segundo e o terceiro cenários, enquanto se busca impedir uma regressão autoritária. Ainda que os três primeiros cenários sejam possíveis, o mais plausível parece ser o segundo. O sistema provavelmente continuaria a evoluir de forma lenta, reprodutindo alguns dos padrões tradicionais brasileiros de acomodação elitista.

A transição argentina também criou difíceis desafios para os democráticos radicais. O papel dos movimentos sociais; as relações entre autoritários, semidemocráticos, democráticos liberais e democráticos radicais; e as possibilidades de desenvolvimento de uma cultura política democrática, são todas questões que permanecem abertas. No entanto, é possível identificar quatro condições gerais e relacionadas, que desempenham papel significativo, para determinar respostas a estas questões.

A primeira condição é o futuro dos próprios movimentos — se crescerão e, caso positivo, em que direções. Antes da Guerra das Malvinas, as organizações de direitos humanos eram virtualmente o movimento maior da Argen-

tina. Após a Guerra começou o processo de reconstrução do tecido social, mas até as eleições de 1983 este processo foi canalizado principalmente através da campanha eleitoral e do sistema partidário. Depois das eleições, em especial com a eleição de um presidente simpático às demandas das organizações de direitos humanos, abriram-se novas possibilidades para os movimentos sociais. Uma sociedade que fora severamente reprimida por oito anos começou a organizar-se e a experimentar novas formas de vida associativa. Desde a eleição de Alfonsín, o movimento feminista, o movimento ecológico e as associações de moradores cresceram, embora menos do que esperavam alguns observadores, e as organizações de direitos humanos permaneceram no centro do debate político. No entanto, com a multiplicação dos problemas políticos e o agravamento da crise econômica, ocorreu uma certa tendência à desmobilização.

Uma segunda questão principal que afetará os movimentos sociais e a qualidade da democracia emergente na Argentina e a relação existente entre os novos movimentos e os partidos políticos. Os vínculos entre ambos permanecerão como tema crítico para definir a influência dos movimentos no sistema político. Pois é através do sistema partidário que os movimentos sociais podem influir diretamente sobre o Estado, e ainda que um objetivo maior dos movimentos seja definir novas arenas não-estatais políticas, o Estado (federal, estadual ou local) permanece sendo a mais importante arena política. Isto não quer dizer que os movimentos sociais devem construir um partido de massas hierarquizado, para que tenham alguma influência política. De fato, uma das influências políticas dos novos movimentos é a descentralização do sistema partidário. E não quer dizer tampouco que os movimentos deveriam abandonar sua autonomia e subordinar todas as suas demandas num partido. Antes, quer dizer que, se esta influência deve tornar-se mais estável e significativa, os movimentos devem encorajar alguns partidos a assumir as suas demandas. Pois, do contrário, o cenário possível seria a proliferação de movimentos atomizados, com pouca conexão entre si, e débil

capacidade de mudança social. Devido à questão crítica da manutenção da autonomia e identidade dos movimentos, os vínculos entre estes e os partidos tornaram-se tema principal dos debates, entre muitos movimentos da Europa e da América Latina, e entre partidos como o Verde da Alemanha e o PT do Brasil.

Os movimentos sociais argentinos ligaram-se muito de perto ao Partido Democrata Cristão e ao Partido Intransigente, exercendo também alguma influência nos Partidos Radical e Peronista. No entanto, todos estes partidos são limitados em suas relações com os movimentos sociais. Neste particular, não há um equivalente argentino ao PT brasileiro (apesar de suas limitações) ou ao Partido Verde alemão. O PDC, ainda que apóie fortemente as demandas por direitos humanos, tem capacidade limitada para canalizar as demandas dos movimentos sociais, em parte porque se definiu como partido cristão. Embora o Partido Intransigente tenha atraído os votos de muitos setores da nova esquerda, os seus líderes participam de uma esquerda democrática tradicional. Finalmente, apesar do apoio pré-eleitoral de alguns dos novos movimentos à candidatura Alfonsín, a partir da posse surgiram divergências entre o governo e as organizações dos direitos humanos. Há um vazão relativo no sistema partidário, sem opções claras para os democráticos radicais, que têm apenas participado dos debates partidários de modo periférico. Em resposta a este vazão, surgiu um debate correspondente, buscando a criação de um Partido Verde; mas, até o momento, o sistema partidário está relativamente isolado dos movimentos sociais.

Um terceiro tema principal, que afeta tanto os novos movimentos como a transição política, é a medida em que os autoritários estão efetivamente marginalizados e os semidemocráticos convertidos à democracia. Existem alguns sinais positivos nesta direção; a eleição de Alfonsín foi uma vitória inequívoca dos liberais. Os militares, atores autoritários salientes, sofreram um retrocesso temporário com esta eleição. No entanto, a proposta de Alfonsín em 1984,

de reorganização do sindicalismo, foi completamente rejeitada e, quando a economia entrou em colapso, em 1985, os autoritários começaram a mover-se novamente.

Para que o quarto cenário se faça possível, com a coexistência entre os democráticos liberais e os democráticos radicais, é essencial a marginalização dos autoritários e dos semidemocráticos. E é também essencial para que a Argentina desenvolva uma democracia estável. O desaparecimento do regime militar e a derrota temporária das Forças Armadas e dos elementos autoritários do sindicalismo não deveriam ocultar o fato de que os valores que apoiaram o autoritarismo não desapareceram. E mais: um terceiro bastião tradicional do autoritarismo, as instituições das classes dominantes, tais como a Sociedade Rural Argentina, a União Industrial Argentina, a Bolsa de Valores, a Confederação Rural Argentina e a Associação dos Bancos, permanecem atuando.

Finalmente, permanece incógnita a medida em que o faciosismo, que foi a base do autoritarismo argentino, tenderá a desaparecer. Em certo modo, o nível de faciosismo dependerá da marginalização dos autoritários, como já notamos. A habilidade de Alfonsín como líder político poderia desempenhar um papel principal neste sentido.⁶² Finalmente, devemos notar que o futuro dos movimentos não apenas resulta, mas também influencia, o nível do faciosismo. Movimentos sociais fortes poderiam ajudar a mudança do faciosismo, legitimando a diversidade e superando a idéia de homogeneidade cultural que inspirou as várias experiências autoritárias.

Paradoxalmente, as esperanças da Argentina estão no fato de que sua História tem sido tão trágica. Os episódios catastróficos do regime militar recentemente deposto, em combinação com os problemas de longo prazo do país, podem encorajar as diversas forças políticas a desenvolver va-

⁶² Seguimos aqui a ênfase sobre a liderança política, adotada por Linz, in *Crisis, Breakdown and Reequilibration*. Voto, "Autoritarismo e Democracia na Argentina Contemporânea", e Dahl, *Polarchy*, pp. 124-188, citados.

lores mais democráticas. Neste sentido, a Argentina encontra-se num momento histórico que é único, pois, ao lado dos obstáculos formidáveis para a criação de um regime democrático, parece haver uma inclinação à democracia que o país desconhecia no passado. É importante notar que a democracia não requer que todos os cidadãos e forças políticas se comprometam com ela; pois, se tal fosse o caso, nenhum regime democrático teria jamais surgido.

Na Argentina, o primeiro cenário, de retrocesso autoritário, seria difícil a curto prazo, devido à crise profunda no interior das Forças Armadas. Uma inepta administração econômica pelo governo Alfonsín poderia, entretanto, eventualmente, alimentar descontentamento suficiente, capaz de tornar possível um golpe, após alguns anos. O segundo cenário, de democracia restrita, implicaria a continuidade do sindicalismo e do Partido Peronista dentro dos valores semidemocráticos, num desafio limitado à grande burguesia e numa transformação limitada dos militares. Os movimentos sociais seriam marginalizados ou isolados. No terceiro cenário, de democracia liberal, a penetração liberal dos sindicatos, dos peronistas, da burguesia e das Forças Armadas seria significativa, mas os movimentos sociais seriam em grande parte cooptados, com pequeno impacto sobre o sistema político. Neste cenário, os partidos tradicionais (radical e peronista) dominariam a arena política, os peronistas ficariam claramente comprometidos com as regras do jogo democrático, e as Forças Armadas estariam sob estrito controle civil. O cenário final, da democracia progressiva, envolveria a plena marginalização dos elementos autoritários, uma proliferação dos movimentos sociais e uma diversidade crescente da vida política, inclusive do sistema partidário. Este cenário é pouco provável e representaria um estilo qualitativamente diferente da democracia, desconhecido até hoje na América Latina.

SEGUNDA PARTE

A REVISÃO DOS PARADIGMAS